

Neoversão mantém o que havia de pior

Temer insiste em jogar as aposentadorias só para depois da morte

Votou contra a Previdência, será expurgado, alerta deputado Arnaldo Faria

Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, na terça-feira, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) advertiu que os parlamentares que votarem na "reforma" da Previdência de Temer não serão reeleitos. "E é bom todos eles saberem que aqueles que aqui votarem estarão definitivamente expurgados desta Casa", disse o deputado. **Página 3**



Marcelo Camargo



DF: Descaso fez viaduto que desabou passar condenado por quatro gestões

Parte do viaduto da principal via expressa de Brasília apresentava falhas desde 2009, quando o primeiro relatório do CREA-DF foi emitido. **Página 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Primeira Turma do STF decide que prisão em 2ª instância é constitucional

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, na terça-feira, com os votos dos ministros Alexandre Moraes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, a execução da pena do deputado federal João Rodrigues (PSD-SC), condenado pela segunda instância da Justiça Federal a cinco anos e três meses por dispensa irregular de licitação, quando ocupou o cargo de prefeito de Pinhalzinho (SC). O mandato de prisão deverá ser expedido nos próximos dias. **Página 3**



Aposentar após 40 anos de contribuição e 65 de idade é debochar do povo

nova tentativa de Temer, Meirelles & quadrilha de fazer com que o Congresso aprove o ataque à Previdência é uma nada rara mistura de vigarice e imbecilidade: retirou-se o que nenhum Congresso aprovaria, para convencer incautos – ou cínicos atrás de um pretexto

para cometer uma infâmia – de que foram feitas "concessões". Na verdade, o que importa aos bancos e outros ladrões da Previdência – e causou o repúdio de todo o povo brasileiro (os 65 anos de idade e 40 anos de contribuição, que tornam a aposentadoria um privilégio do além-túmulo) – foi mantido. **P.2**

Caçador de privilégios vai levar 60 funcionários de avião para o seu carnaval em Marambaia

Temer vai passar o carnaval com a família na Restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro. A comitiva que o acompanhará na viagem carnavalesca incluirá 60 pessoas. E isso porque Temer diz que quer acabar com

os privilégios. Na comitiva, a primeira-dama Marcela Temer levará cerca de 20 pessoas só do Palácio do Jaburu, residência oficial do casal presidencial em Brasília, para ajudá-la. Entre elas, cozeira, camareira,

babás, cozinheiros e ajudantes que cuidem da casa. O staff também inclui seguranças, médicos, enfermeiros, cerimonial, imprensa e até um funcionário que administra as despesas e as necessidades dos viajantes. **P.3**

Wilson Dias - ABR



Para Marun, corrupto não é bandido nem é importante

Disse que a Polícia Federal (PF) tem falhado porque, nos últimos anos, o país "fez opção pelo combate à corrupção no lugar de combater bandido". **Página 3**

Obra no sítio teve a supervisão de assessor de Lula, conta engenheiro

José Fernandes



Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, o engenheiro Frederico Barbosa, funcionário da Odebrecht, responsável para atuar no sítio de Atibaia, revelou em detalhes como foram realizadas as obras no imóvel do ex-presidente Lula. Ele contou que o assessor de Lula, Rogério Aurélio Pimentel, acompanhou toda a obra. "Eu fui até o sítio verificar o que estava ocorrendo. Chegando ao local, o portão foi aberto pelo caseiro. Percorremos

o imóvel e ele mostrou a situação: existiam três blocos em construção, com apenas a fundação executada, com a parte metálica toda soldada, mas tudo paralisado", disse Barbosa. "Fui informado pelo senhor Aurélio Pimentel que tínhamos 15 dias, no máximo um mês para realizar a obra". Depois de avaliar o local, Barbosa informou seu superior, Emyr, de que haveria a necessidade de uma empresa para realizar a obra. Com a concordância de Emyr, foi acionada uma empresa, sugerida por Barbosa. **Página 3**

S. Paulo terá 491 blocos no carnaval

Com o início da maior festa popular do país, milhões de foliões já se preparam para acompanhar os blocos de rua e os desfiles das escolas de samba. Em São Paulo, onde os blocos carnavalescos tomaram grandes proporções nos últimos

anos, serão 491 desfiles em todas as regiões da cidade. A crítica à atual situação do país também dá as caras neste carnaval. No último dia 6, o Bloco UMES Caras Pintadas (foto), levou muita alegria aos foliões nas ruas do bairro do Bixiga. **Pág. 4**

Trump inicia corrida por novas armas nucleares



Posse da nova diretoria da entidade
Felipe Coutinho da AEPET:
"A Petrobrás não está e nunca esteve quebrada"

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) empossou na terça-feira, dia 6 de fevereiro, em ato realizado no Clube de Engenharia, sua nova diretoria. Felipe Coutinho foi reconduzido à presidência da entidade para o triênio 2018/2020, sob o lema "defender a Petrobrás para os brasileiros". Entre os vice-presidente, Fernando Siqueira, que dirigiu a entidade.

Segundo a AEPET, a posse contou com a presença de representantes de mais de 20 entidades civis e órgãos governamentais. Durante a solenidade, foi entregue o título de "sócio honorário da AEPET" ao economista Cláudio de Oliveira, "por sua contribuição, através de artigos, para a desconstrução do 'mito da Petrobrás quebrada'".

Em seu discurso de posse, "A AEPET é uma 'fábrica' de ideias", Coutinho denunciou a política de desmonte da estatal e a tentativa do cartel do petróleo de se apropriar "da renda petroleira para maximizar seus lucros no curto prazo".

"Aos rentistas interessa que o Estado privatize seus ativos e recursos naturais para garantir o pagamento dos elevados juros da dívida pública.

"Os políticos traficantes de interesses e os executivos de aluguel servem aos poderosos interesses privados que cercam a Petrobrás, o petróleo brasileiro e a renda petroleira.

Cabe a AEPET defender a Petrobrás destes poderosos interesses antinacionais", destacou Coutinho.

Presidente do BNDES é investigado por desvio de recursos do Postalís

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, foi denunciado pelo procurador da República Ivan Marx e pelo delegado Luiz Carlos Zamprona, no âmbito da operação Pausare, por parecer favorável em investimentos, com prejuízos de R\$ 109 milhões contra o Fundo de Aposentadoria Complementar dos funcionários dos Correios, o Postalís.

Aplicação recomendada foi em Cédulas de Crédito Imobiliário da Mudar Master II Participações, entre 2010 e 2011. Rabello era sócio e um dos três membros do comitê da SR Rating que deu parecer técnico favorável a compra dos papéis.

O executivo prestou depoimento à Polícia Federal (PF), na quinta-feira (1), em Brasília. Um dos endereços de Rabello de Castro, no Rio de Janeiro, foi alvo de busca e apreensão e os sigilos bancário e fiscal foram quebrados. É uma situação inédita, conforme relatório:

"Nenhuma parcela de juros ou amortizações dos títulos foi honrada. As empresas que receberam os investimentos não fizeram nenhum pagamento ao Postalís, tendo todo o dinheiro do fundo de pensão simplesmente desaparecido. O total fracasso dos investimentos é o principal indicativo da ocorrência de fraude na avaliação dos papéis".

Fundos de Pensão das Estatais, controlados pelo PT e PMDB, nos últimos 15 anos, foram responsáveis por investimentos desastrosos, cujos resultados desse tipo já causaram perdas significativas ao patrimônio dos mesmos, neste caso do Postalís, um rombo de R\$ 6 bilhões. Para cobrir essas perdas, funcionários da ativa e aposentados arcam com descontos adicionais em seus contracheques.

Recentemente Rabello anunciou sua precandidatura a presidente da República nas próximas eleições.

Temer maquia novo texto para aprovar o assalto à Previdência



Temer na posse do ministro Fux no TSE, que conversa com Carmen Lúcia

Com país em recessão, Copom mantém juros reais extorsivos

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) desconsiderou a grave recessão que acomete o país e manteve os juros reais entre os maiores do mundo, ao reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, na quarta-feira (7).

A Selic passou a ser de 6,75% e os juros reais (juros nominais, descontada a inflação projetada para o ano, de 3,9% em 2018) estão em 2,7%. A média no ranking mundial de juros reais está em 0,0%.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), "este é o menor valor da taxa Selic em toda sua história, mas isso adianta muito pouco, porque os juros para o tomador final no Brasil ainda estão entre os maiores do mundo".

Para os empresários, os juros escorchantes cobrados pelos bancos nos empréstimos, nos cartões de crédito e no cheque especial "retiram poder de compra das famílias, inibem o investimento e a geração de emprego por parte das empresas e dificultam a retomada do crescimento".

Segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), as taxas de juros em três modalidades de linha de crédito para a Pessoa Jurídica, em dezembro do ano passado, continuavam na Lua, apesar da redução da Selic: Capital de giro (29,08% ao ano); Desconto de Duplicatas (35,60% a.a.) e Conta garantida (145,73% a.a.). Uma taxa média de 63,27% a.a.

As taxas de juros, ao ano, nas linhas de crédito para Pessoa Física

também estavam nas alturas. Juro do comércio (89,04%); Cartão de crédito (321,63%); Cheque especial (295,48%), entre outras modalidades, todas muito além da taxa Selic. Esta não é a menor "taxa da história", como andam dizendo. No Plano Real, nos períodos finais do governo FHC, as taxas de juros reais ficaram negativas.

Com a economia estagnada e os juros nesses níveis, não é à toa que os grandes bancos no país - Itaú, Bradesco e o espanhol Santander - obtêm, a cada ano, os maiores lucros líquidos de sua história, com os spreads abusivos e especulando com os títulos do governo.

Só o Banco Itaú, de onde saiu o atual presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, lucrou no ano passado, R\$ 24,9 bilhões.

Para enfrentar crise, saques na poupança superam depósitos em janeiro pelo 4º ano

O movimento da caderneta de poupança em janeiro foi negativo, sendo que os saques foram maiores que os depósitos em R\$ 5,2 bilhões, conforme dados divulgados pelo Banco Central na terça-feira (6). Desde 2014, com a recessão induzida por Dilma, os meses de janeiro tem tido comportamento deficitário.

A caderneta de poupança reúne atualmente recursos acima de R\$ 700 bilhões, gera fundos para construção

civil, financiando tanto as construtoras como os compradores dos imóveis, além de investimentos públicos em infraestrutura.

A remuneração da poupança a partir de 2012, também no governo Dilma, sofreu um revés. Sempre que a taxa Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano a correção anual das cadernetas fica limitada a um percentual equivalente a 70% da Selic, mais a Taxa Referencial, calculada pelo BC.

Com o recuo da taxa de juros básicos para 7% ao ano, a partir de dezembro, o rendimento da poupança está em 4,9%, resultado de 70% dessa taxa, mais Taxa Referencial.

O corte nos juros da caderneta procura privilegiar a captação dos bancos por outros títulos, ao invés de manter uma remuneração adequada para a poupança popular, cuja destinação, como vimos, é altamente positiva para a economia e a sociedade.

PSDB apoia ataque à Previdência, mas não punirá quem votar contra a "reforma"

A Executiva Nacional do PSDB decidiu reafirmar o fechamento de questão e orientar os 46 deputados federais do partido a votarem a favor da reforma da Previdência de Temer.

A proposta, que é polêmica entre os parlamentares - inclusive da base - por atentar descaradamente contra o direito à aposentadoria e frustrar a contribuição de milhões de trabalhadores, já tinha o "apoio incondicional" - nas palavras de Artur Virgílio - da direção do PSDB, apesar das sucessivas mo-

dificações na tentativa de aprová-la.

Contudo, alguns deputados da legenda apresentaram uma posição dissidente, para os quais o governador de Goiás, Marconi Perillo, defendeu uma punição.

"Se não aprovar a reforma da Previdência agora, o Brasil vai quebrar", disse.

Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, atual presidente da legenda e pré-candidato à Presidência, outro ferrenho defensor da criminosa proposta de Temer, garantiu que

quem votar contra não sofrerá nenhuma sanção interna.

Ele diz que quer fazer um convencimento "corpo a corpo" da bancada e aproveitar, claro, para iniciar os preparativos da sua campanha. Ele defende já como parte da sua "agenda" prescindível a necessidade da reforma e ataca o "descontrole fiscal gerado pelo déficit previdenciário". Alckmin ignora, no entanto, que quem vota é o povo - e o povo é terminantemente contra a reforma da Previdência.

Geraldo Alckmin diz que é "totalmente favorável à privatização da Petrobrás"

O governador de São Paulo Geraldo Alckmin, pré-candidato à presidência da República pelo PSDB, afirmou que é "totalmente favorável" à privatização da Petrobrás, em evento que reuniu representantes da indústria em Brasília na quarta-feira (8).

Já em campanha, as posições de Alckmin pouco se diferem da prática de Temer. Em diversas oportunidades, o governador tucano se apresentou como ferrenho defensor da reforma da Previdência e do ajuste fiscal do atual

governo.

"Claro que muitos setores da Petrobrás devem ser privatizados. Inúmeras áreas da Petrobrás que não são o core (coração), tudo isso pode ser privatizado. E se tivermos um bom marco regulatório, você pode até, no futuro, privatizar tudo, sem nenhum problema", disse Alckmin, na presença do atual presidente da estatal, Pedro Parente, que também participou do evento com empresários.

Na campanha presidencial de 2006, na qual

também foi candidato do PSDB, Alckmin, acusado de querer privatizar as maiores empresas públicas do país, - o que o fez perder intenções de voto - negou sua sanha privatista fazendo demagogia na TV trazendo colete e boné com os logotipos da Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa e Correios.

Sua verdadeira intenção pode ser medida pelos anos de sua administração do estado de São Paulo, durante os quais linhas de metrô, estradas e empresas não foram poupadas.

Substituto do relator da reforma mantém o fim da aposentadoria para a maioria dos trabalhadores brasileiros e desvia o dinheiro dos aposentados para o setor financeiro

Quando a vigarice torna-se muito desmoralizada - isto é, quando todos percebem que é vigarice - ela tem o condão de transformar-se em imbecilidade.

Temer & quadrilha arrumaram mais um texto para o ataque à Previdência. O objetivo é proporcionar um pretexto para que incautos - ou cínicos - no Congresso, aprovelem essa indecência.

Segundo dizem, foram feitas mais "concessões". Na verdade, retirou-se coisas que não tinham a mínima chance de passar por qualquer Congresso, de tão absurdas, tão desumanas e tão criminosas (por exemplo: a liquidação, na prática, da aposentadoria dos trabalhadores rurais; e o fim do benefício aos deficientes e idosos com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo).

Retirou-se esse entulho-extra para tentar aprovar o que realmente importa aos ladrões: o fim da aposentadoria para a maioria dos trabalhadores, pois foi mantido o aumento de idade (65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres) e do tempo de contribuição (40 anos para a aposentadoria integral). Com uma regra desse tipo, mesmo o governo tendo recuado em alguns aspectos (por exemplo, por sua proposta inicial, o trabalhador tinha de contribuir por 49 anos e ter pelo menos 65 anos para obter aposentadoria integral), nada muda essencialmente.

Tudo mundo sabe - inclusive os deputados e senadores - como é difícil, no Brasil, contribuir por 40 anos, com as longas fases de desemprego, provocadas por certos governos. Exigir tal condição é descarregar sobre o trabalhador uma culpa que não é dele, mas dos patifes neoliberais que implementam tais políticas.

Assim, a nova proposta de Temer consiste em tirar coisas que não tinham chance nenhuma de serem aprovadas, para tentar aprovar a mesma porcaria de antes.

Então, aqui, a vigarice transforma-se em imbecilidade. Pois é evidente, como declarou o lúcido deputado Arnaldo Faria de Sá (ver página 3), que quem votar nessa tentativa de remeter as aposentadorias para o além-túmulo, será escorraçado do parlamento com uma rapidez que, se não é instantânea, é próxima ao equivalente da velocidade da luz em política.

O motivo é mais evidente ainda: jamais, nos últimos 20 ou 25 anos - isto é, desde o impeachment de Collor - houve uma unanimidade contra alguma coisa, como agora, contra o ataque à Previdência.

Essa repulsa nacional é plenamente justificada: não existe razão econômica para o ataque à Previdência. Existe uma razão policial: roubar o dinheiro dos trabalhadores, desviando-o para o setor parasitário, financeiro, da economia.

Do ponto de vista do conjunto desta última, boa parte do que se chama "mercado interno", "mercado nacional", é composto pelos aposentados e suas aposentadorias.

Fora isso, os dados coletados pela recente CPI da Previdência sobre a sua sustentabilidade são, mais do que eloquentes, devastadores para a matilha de hienas que se aboletou na Fazenda e no Planalto:

1) Superávit da Previdência (2000-2015): R\$ 821,739 bilhões (valor corrigido pela inflação: R\$ 2 trilhões, 127 bilhões, 42 milhões, 463 mil e 220).

2) Deixaram de entrar para os cofres da Previdência, devido à sonegação, desvios e dívidas, nos últimos 20 anos: R\$ 3 trilhões (valor corrigido: R\$ 6 trilhões).

3) Além disso, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), estabelecida no governo Fernando Henrique e mantida nos governos Lula, Dilma e Temer, retirou da Previdência R\$ 614 bilhões e

904 milhões (valor atualizado: R\$ 1 trilhão, 454 bilhões, 747 milhões, 321 mil e 256).

4) "Nos últimos dez anos, os valores de desonerações mais que triplicaram, chegando a R\$ 143 bilhões em 2016, contra R\$ 45 bilhões em 2007. Com o REFIS, a arrecadação espontânea das contribuições para a Seguridade Social despenca em R\$ 27,5 bilhões por ano. Com a Medida Provisória 783/2017, em três anos, o custo será de R\$ 543 bilhões".

5) Resumindo, em valores atualizados, de 2000 a 2015, o superávit da Previdência foi R\$ 2 trilhões, 127 bilhões, 42 milhões, 463 mil e 220 e o "dinheiro que foi para o ralo", R\$ 4 trilhões, 763 bilhões, 247 milhões, 321 mil e 256 (fonte: Relatório da CPI da Previdência. Presidente: senador Paulo Paim. Relator: senador Hélio José).

O Relatório da CPI da Previdência não foi respaldado pelo governo - embora tenha sido furibundamente vilipendiado. Não poderia existir maior prova de que seus dados - o relatório foi aprovado por unanimidade - são verdadeiros. Aliás, não houve quem discutisse tal coisa.

A Previdência, como já dissemos, está sendo atacada, não porque não tenha dinheiro, não por supostos déficits - de resto, fabricados ou forjados - mas, exatamente, porque é o setor que, hoje, mais tem dinheiro no Estado brasileiro.

Daí a confusão, típica de gatunos, que Meirelles & trupe fazem entre o orçamento fiscal - o orçamento do governo em geral - e o orçamento da Previdência, que tem fontes próprias, exatamente aquelas (Cofins, CSLL, etc.) com que eles querem estufar mais ainda os ganhos dos bancos e outros antros financeiros, ao mesmo tempo que querem drenar a contribuição previdenciária de empregados e empresas para as arapucas de previdência privada, também controladas pelos bancos.

Sob esse último aspecto, isso significa deixar o trabalhador - o aposentado e também aquele que está na ativa - à mercê da especulação e de suas consequências: quantos milhões de pessoas, nos EUA, perderam suas aposentadorias, desde 2008, com a quebra dos fundos privados de pensão? Diz o (nessa questão) insuspeito "Financial Times":

"De acordo com o Instituto Nacional de Segurância na Aposentadoria dos EUA [National Institute on Retirement Security], cerca de 40 milhões de domicílios com pessoas em idade de trabalhar - ou seja, 45% do total - não tinham qualquer conta de aposentadoria em 2013, nem o plano 401 patrocinado por um empregador, nem uma conta de previdência privada de aposentadoria individual" (cf. Robin Wigglesworth, "US building up to pension crisis", FT, 20/09/2016).

Nas condições do Brasil, a situação seria muito pior. Nem todo trabalhador é como Lula, que tinha nove milhões aplicados em previdência privada - mas, certamente, não foi como trabalhador que ele conseguiu dinheiro, apartamentos, sítio e o escambo...

Em 29 de março do ano passado, Meirelles, discursando para seus patrões do Bank of America (proprietário do BankBoston, do qual recebe - em dólar, obviamente - um gordo subsídio, declarado como "aposentadoria"), disse que a "reforma", em sua primeira versão, era "inegociável".

De lá para cá, ele já recuou de uma renca de dispositivos estúpidos. Não negociou, nem os trabalhadores negociaram. Meirelles apenas agasalhou derrotas.

É o que vai continuar acontecendo. Exceto alguma epidemia de suicídio político no Congresso, não são muitos os parlamentares dispostos a, depois de votar nesse crime contra o país, enfrentar o povo nas urnas, nas ruas, nos aeroportos, nos aviões - e onde quer que esteja.

CARLOS LOPES

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusá, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Nota fiscal de obra no sítio foi achada na casa de Lula



Deputado federal do PTB, S. Paulo **Faria de Sá: "Quem votar contra a Previdência será expurgado desta Casa"**

Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, na terça-feira (6), o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) advertiu que os parlamentares que votarem na "reforma" da Previdência de Temer não serão reeleitos.

"E é bom todos eles saberem que aqueles que aqui votarem estarão definitivamente expurgados desta Casa", disse o deputado.

"Voltamos do recesso e aqui está a mesma ladainha: Tem que aprovar a reforma da Previdência, senão o país quebra. O país já está quebrado há muito tempo, já meteram a mão demais, corrupção para cá e para lá. Essa é a grande verdade que querem esconder, tapando o sol com a peneira".

"O que nós temos que fazer é uma reforma política para poder melhorar este país, sem querer colocar a culpa em aposentados e pensionistas, nos trabalhadores e nos servidores".

O parlamentar alertou que não vai aceitar que se acabe com a Previdência. "Nós estaremos aqui para impedir a votação dessa reforma que quer acabar com o benefício rural, que quer acabar com o benefício assistencial, que quer acabar com o direito da aposentadoria de risco, insalubridade, penosidade e periculosidade, que quer acabar com a aposentadoria dos professores".

"Nós não vamos deixar isso acontecer de jeito nenhum", concluiu e repetiu: "Praga de aposentado pega! Praga neles!".



Reprodução/YouTube

Engenheiro Frederico Barbosa no depoimento ao juiz Sérgio Moro **Sua alteza Michel Temer vai à praia com 60 funcionários para servi-lo**

Mesmo após fortes críticas em relação ao staff que o acompanhará, Michel Temer bateu o pé e vai passar o carnaval com a família na Restinga de Marambá, no Rio de Janeiro, numa área da Marinha. A comitiva que acompanhará o presidente na viagem deve incluir 60 pessoas. E isso porque Temer diz que quer acabar com os privilégios.

A viagem está prevista para acontecer na sexta-feira (9). Na comitiva, a primeira-dama Marcela Temer levará cerca de 20 pessoas só do Palácio do Jaburu, residência oficial do casal presidencial em Brasília, para ajudá-la. Entre elas, copeira, camareira, babás, cozi-

Engenheiro revelou ao juiz Sérgio Moro que assessor de Lula acompanhou toda a obra

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, o engenheiro Frederico Barbosa, funcionário da Odebrecht, responsável para atuar no sítio de Atibaia, revelou em detalhes como foram realizadas as obras no imóvel do ex-presidente Lula. O vídeo com o depoimento de Barbosa – prestado em fevereiro de 2017 – foi anexado pela força-tarefa na terça-feira (6) aos autos da ação penal contra o ex-presidente, acusado de receber vantagens indevidas da empreiteira referentes às benfeitorias no imóvel, em Atibaia.

"Em meados de dezembro de 2010, eu estava numa obra em Heliópolis, bairro que fica ao lado de São Caetano, quando fui convocado pelo meu superior, Emyr Costa, para entrar em contato com o senhor Rogério Aurélio Pimentel, ex-assessor especial da Presidência da República, para que fizesse uma vistoria em apartamento situado em São Bernardo do Campo, de propriedade do presidente Lula", relatou o engenheiro.

Barbosa contou que, no dia seguinte à conversa por telefone, encontrou-se com Aurélio em São Caetano e, de lá, foram para a residência de Lula em São Bernardo. Ao chegar no local, foi até a laje e verificou problemas de infiltração. Ele, então, sugeriu a Pimentel que contratasse uma empresa de impermeabilização. Este fato, um engenheiro da Odebrecht ser deslocado, a mando de seu superior, para se encontrar com um assessor de Lula, para avaliar um vazamento de uma lage na residência do ex-presidente, sem remuneração ou contrato, foi registrado por ele como um acontecimento "incomum".

Ao deixar o local, Rogério Aurélio Pimentel pediu ao engenheiro que o acompanhasse até um sítio em Atibaia. O sítio já estava em obras, que estavam sendo conduzidas por José Carlos Bumlai, amigo de Lula. "Eu fui até o sítio verificar o que estava ocorrendo. Chegando ao local, o portão foi aberto pelo caseiro. Percorremos o imóvel e ele mostrou a situação: existiam três blocos em construção, com apenas a fundação executada, com a parte metálica toda soldada, mas tudo paralisado", disse Barbosa. "Fui informado pelo Aurélio que tínhamos 15 dias, no máximo um mês para realizar a obra".

Depois de avaliar o local, Barbosa informou seu superior, Emyr, de que haveria a necessidade de uma empresa para realizar a obra. Com a concordância de Emyr, foi acionada uma empresa, sugerida por Barbosa. A empresa de propriedade de Carlos Rodrigues, já havia prestado serviços para ele, Barbosa, e para o próprio Emyr Costa. Carlos Rodrigues, responsável pela empresa que assumiu a obra do sítio, informou ao engenheiro que não dispunha de pessoal para cumprir a obra no tempo desejado. Barbosa então foi questionado por Emyr, se a obra que ele comandava em Heliópolis poderia dispor de pessoal para ajudar a concluir o sítio no prazo. Barbosa respondeu que sim e deslocou 18 funcionários, entre engenheiros, encarregados e operários. Ele disse, no depoimento, que foi orientado por Emyr a não identificar os funcionários porque a Odebrecht "não poderia aparecer nesta obra".

"Em todas as obras da Odebrecht há a identificação da empresa, ou até da obra no uniforme dos funcionários. Nesta não houve", disse. O engenheiro disse que a obra não tinha contrato assinado. "Era um obra informal. Não havia CNPJ", afirmou. "Os fornecedores eram pagos em dinheiro vivo que eu recebia diretamente do Emyr em envelopes fechados", informou Barbosa. O que se pretendia fazer no sítio eram a construção de um anexo à sede com 4 suítes; a cons-

trução de uma sauna, campo de futebol de grama e uma guarita; a realização de acabamento na sede; a construção de uma adega e quarto de empregada; a conclusão de uma casa para acomodação de seguranças. Rogério Aurélio Pimentel disse ao engenheiro que ainda se pretendia a "construção de uma quadra de tênis, de um pomar e a ampliação de lagos existentes na propriedade". Esses itens foram rejeitados por Barbosa, exatamente porque Pimentel lhe disse que "as obras eram urgentes e deveriam ser concluídas em aproximadamente 30 dias". "Foram feitos pagamentos semanais, de acordo com o andamento da obra", apontou Barbosa. A estimativa inicial, segundo depoimentos de funcionários da Odebrecht, era de que as obras custariam R\$ 500 mil, o que foi comunicado a Alexandrino Alencar – e, por consequência, a Emilí Odebrecht. Este autorizou a liberação de dinheiro do Setor de Operações Estruturadas. "... Lúcia Tavares [secretária] do Setor de Operações Estruturadas, (...) providenciou a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em espécie e mandou entregar os valores no escritório onde Emyr Costa trabalhava, tendo este, inclusive, adquirido um cofre para armazenar os valores em sua sala de trabalho. Os valores foram disponibilizados semanalmente para [o engenheiro] Frederico Barbosa. No final, o custo total acabou ficando em R\$ 700 mil. "Eu recebia os envelopes fechados com o dinheiro em valores que giravam em torno de R\$ 60 mil a R\$ 70 mil semanalmente para fazer os pagamentos", acrescentou. "Algumas vezes eu compreí alguns materiais, como luminárias e material das suítes com recursos próprios, mas fui ressarcido pela empresa", informou Barbosa. Ele disse que alugou um carro em seu nome. "Fui ressarcido pelo aluguel do carro por meu superior", acrescentou. "Os pagamentos ao Carlos Rodrigues eram feitos pelo Aurélio Pimentel e eu não sei como eram feitos", adentou o engenheiro. Notas fiscais apreendidas pela PF na residência de Lula, confirmaram o depoimento de Barbosa. Numa delas, obtida durante o cumprimento do mandato de busca e apreensão na residência de Lula e Marisa, em São Bernardo do Campo/SP, foram encontradas dezenas de pedidos de venda/entrega de materiais de construção do Depósito Dias Materiais de Construção Ltda para as reformas do Sítio de Atibaia"; cf. Denúncia, p. 151). Barbosa informou que o principal fornecedor da obra foi o depósito Dias, de Atibaia. Uma nota em nome do engenheiro Barbosa, que utilizou seu cartão de crédito pessoal em compras realizadas na loja de material de construção Telhanorte (ao todo, R\$ 12.986,87), foi encontrada na residência de Lula. Este valor foi ressarcido ao engenheiro pelo "setor de operações estruturadas" da Odebrecht.

Perguntado se em algum momento esteve com Jonas Suassuna e Fernando Bittar [proprietários formais do sítio], Barbosa disse que nunca os viu no sítio. Que a única pessoa que estava lá, além do caseiro e dos funcionários que ele e Carlos Rodrigues levaram, era o Aurélio Pimentel, assessor de Lula. Barbosa relatou também que viu na varanda da casa umas caixas cobertas com uma lona onde se podia ler na madeira que guardava o material, que a origem era Brasília. No depoimento, o engenheiro disse também que informou aos três dirigentes da empreitada que a obra era para o presidente Lula e que o responsável pelo canteiro de obras era Aurélio Pimentel, assessor especial do ex-presidente.

SÉRGIO CRUZ

Justiça Eleitoral será irreduzível na aplicação da Ficha Limpa, afirma Luiz Fux, presidente do TSE

O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, afirmou na terça-feira (6) que a Justiça Eleitoral será "irreduzível" com a aplicação da Lei da Ficha Limpa no pleito deste ano. "A estrita observância da Lei da Ficha Limpa se apresenta como pilar fundante da atuação do TSE. A Justiça Eleitoral, como mediadora do processo sadio, será irreduzível na aplicação da Ficha Limpa", disse o ministro, acrescentando que quem for "ficha suja" estará "fora do jogo democrático". Em outro trecho do discurso, Luiz Fux disse que o momento

Marun critica a PF e alivia corruptos

Carlos Marun, ministro da Secretaria de Governo, expôs uma tese que é a cara da bandalheira que é o governo Temer. Segundo ele, a Polícia Federal (PF) tem falhado na fiscalização das fronteiras e, consequentemente, tem facilitado a entrada de armas e drogas destinadas a facções criminosas, porque, nos últimos anos, o país "fez opção pelo combate à corrupção no lugar de combater bandido". "Essa é a realidade", frisou. Em síntese, para ele, corrupto não é bandido e a corrupção não é um crime que deve ser combatida com toda firmeza.

Obvius. No ano passado o governo Temer cortou 44% o orçamento da PF – cerca de R\$ 500 milhões. Em 2015 o corte foi de R\$ 133 milhões e em 2016, mais R\$ 151 milhões. A declaração interessada de Marun recebeu o comentário irônico do procurador da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima: "E eu que pensei que combater a corrupção era combater bandidos! Ops... e é mesmo, é combater um bandido qualificado, pois cada centavo desviado faz falta na saúde, na educação e também na segurança. Dá para dizer que corrupto é um bandido ao quadrado".

Prisão após condenação da segunda instância é constitucional, decide a Primeira Turma do STF

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na terça-feira (6) pela execução de penas de condenados após o fim de recursos na segunda instância da Justiça. A primeira Turma é composta pelos ministros Alexandre Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Rosa Weber e Marco Aurélio Melo.

A Primeira Turma, aprovou, com os votos de Alexandre Moraes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, a execução da pena do deputado federal João Rodrigues (PSD-SC), condenado pela segunda instância da Justiça Federal a cinco anos e três meses por dispensa irregular de licitação, quando ocupou o cargo de prefeito de Pinhalzinho (SC). A ministra Rosa Weber se absteve. Marco Aurélio também. A defesa do parlamentar recorreu ao STF alegando prescrição da pretensão punitiva, mas o recurso foi rejeitado, e o mandato de prisão deverá ser expedido nos próximos dias.

Foi a primeira vez que Alexandre Moraes, que substituiu o falecido ministro Teori Zavascki, se pronunciou sobre o tema. A manifestação de Alexandre Moraes é considerada uma sinalização dentro da Corte, diante de uma posição favorável tomada em votação apertada em 2016. A decisão desanima a defesa do ex-presidente Lula, que vem tentando impedir sua prisão, após sua condenação em segunda instância. O TRF-4 publicou terça-

Corruptos e entreguistas surrumpiam e vendem o país a preço de banana", denuncia Requião

O senador Roberto Requião (PMDB/PR) afirmou que propostas como a privatização da Eletrobrás, a reforma da Previdência, o fim das leis trabalhistas, os cortes de gastos sociais e o congelamento dos gastos fazem parte de um "grande jogo estratégico", que tem como alvo "a alienação da soberania nacional". Requião ocupou a tribuna do Senado, na segunda-feira (5), para denunciar "as manobras" da classe empresarial, com apoio da mídia monopolista, para criar "narrativas fantasiosas" e enganar a população camuflando a trama dos

"entreguistas" aboletados no complexo financeiro empresarial do país. Ele criticou a submissão da classe política aos grandes conglomerados econômicos, que "apoiam ou atacam os políticos de acordo com a conjuntura, para tornar as leis e a administração do país favoráveis às metas do mercado". Para Requião, os governos petistas também cederam às pressões do rentismo e da mídia, quando Lula colocou no Banco Central e no Ministério da Fazenda "homens de confiança do mercado financeiro" e Dilma, na crise de 2013 e 2014, adotou as "políticas

Marina Silva: "a lei deve ser para todos"

A ex-ministra Marina Silva, pré-candidata à presidência da República pela REDE, afirmou que o fim do foro privilegiado é um "imperativo ético". "Com certeza, com isso, não teríamos seis ministros escondidos no Executivo, o próprio presidente da República e cerca de 200 parlamentares investigados na Lava Jato", observou.

"Os parlamentares que têm foro, se não fosse o autoindúto [refere-se à decisão do STF que colocou nas mãos do Congresso a decisão final sobre penalidades determinada pela Corte contra parlamentares] que lhes deram, estariam provavelmente nas mesmas condições que está o ex-presidente Lula", avaliou.

Ela comentou a possibilidade da prisão de Lula, após ser condenado na segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, a 12

anos e 1 mês no caso do triplex de Guarujá, litoral de São Paulo. "A lei deve ser para todos", reafirmou Marina em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo". "Não temos que ter uma lei para o Lula, para o Aécio, para o Jader Barbalho ou para o Renan Calheiros", disse.

"Não podemos ter dois pesos e duas medidas, essa é a minha posição. Você não pode ter a demanda por impunidade em função de quem está sendo julgado, nem a demanda por justiça, por vingança em função da pessoa que está sendo punida", afirmou. A ex-ministra e ex-senadora rebateu as críticas contra a Operação Lava Jato e as tentativas de enfraquecê-la. Ela advertiu que a operação está ameaçada "porque há uma aliança dos grandes partidos, das lideranças dos grandes partidos, porque todos estão envolvidos, em enfraquecer os trabalhos".

que haver uma discussão sobre a melhor forma de financiar a Previdência. "Hoje nós temos menos de dois trabalhadores ocupados para financiar a aposentadoria do brasileiro cuja expectativa de vida já passa de 73 anos. Essa conta, num futuro próximo não vai bater", argumentou. Esse debate em que ser feito num ambiente democrático", defende. "Ciro sabe perfeitamente que esse problema se resolve com o país crescendo e não com cortes. Ler mais no site www.horadopovo.org.br Reprodução/TV Band



Pré-candidato do PDT

“Governo não agiu para evitar a epidemia de febre amarela”

“Esta doença é controlada com vacina, não é pra morrer ninguém de febre amarela”, destacou o epidemiologista André Ribas Freitas, da SBD/A

“O Ministério da Saúde cometeu um erro grave ao anunciar o fim da epidemia de febre amarela em setembro do ano passado”, considerou o epidemiologista consultor da Sociedade Brasileira de Dengue e Arboviroses (SBD/A), André Ricardo Ribas Freitas, em entrevista à Hora do Povo. Para ele, o ato diminuiu os esforços de vacinação. “Declarar o fim da epidemia significou diminuir o nível de atenção com a doença, e isso foi um erro grave, uma precipitação”, disse.

De acordo com o último balanço divulgado pelo Ministério da Saúde, no período de 1º de julho de 2017 a 6 de fevereiro deste ano, houveram 353 casos confirmados da doença e 98 mortes. A falta de agilidade do governo no combate à doença e a subestimação do vírus, contribuíram decisivamente para a epidemia atual. Entre os erros estão problemas de planejamento, falta de cobertura vacinal e falta de senso de urgência diante de evidências de que o vírus se aproximava das regiões mais populosas do país.

Freitas, que é doutor em Epidemiologia pela UNICAMP e professor da faculdade de Medicina de São Leopoldo Mandic, de Campinas, também destacou que “qualquer epidemiologista ou infectologista que conhece a história da febre amarela sabe que o que tinha acontecido na verdade era o fim de uma estação de febre amarela, mas permaneceram todos os meses ocorrências de primatas”.

Para epidemiologista, “se o Ministério tivesse assumido, no segundo semestre do ano passado, a intensificação da vacinação nas áreas de recomendação, ou seja, em todo o estado de Minas e outras regiões, teria evitado muitas mortes. Mas o Ministério deu uma sinalização inadequada de diminuição de risco, tanto é verdade que o estado de São Paulo está sofrendo mais este ano do que no ano passado, assim como várias regiões de Minas. Ao invés de declarar o fim do surto e comemorar, devia ter sido feito um esforço de vacinação”.

A comparação, feita pelo Ministro da Saúde, Ricardo Barros, das ocorrências do ano passado com as deste ano, também foram criticadas por André Freitas, “não se pode fazer isso porque estamos tratando de uma doença que é controlada com vacina, não é pra morrer ninguém de febre amarela, então não dá pra comemorar diminuição de mortes, a gente tem que comemorar se não tivesse nenhuma morte, então diminuição não significa nada. Teve um semestre inteiro do ano passado para trabalhar e o trabalho não foi feito no nível suficiente, senão não estaria tendo ocorrência diária nas áreas que já eram de vacinação obrigatória”.

Já em relação às áreas de

Minas Gerais e outras regiões, onde já havia recomendação de vacina, é destacada a falta de estratégia de vacinação para os moradores da área rural, que são a principal população em risco. “A maior ameaça não está na área urbana, está na área rural, e esta é a população que tem mais dificuldade de receber a dose da vacina, então deveria ter havido uma estratégia no segundo semestre de imunizar essa população e não foi feito”, destacou.

Em Minas, a cobertura vacinal contra a febre amarela está em torno de 83,38%. No entanto, 321 municípios ainda não conseguiram imunizar 80% da população, o que corresponde a 37,6% de todo o território mineiro.

FRACIONAMENTO

Ao contrário do que diz o ministro da Saúde, de que existe vacina para toda a população, Freitas destaca que a dose fracionada é uma consequência da falta de vacina, e que é recomendada apenas quando não há estoque de vacina para toda a população. Para ele, “diante de uma situação em que há necessidade do aumento súbito na oferta de vacina, de uma maneira que não há capacidade de produção, está correta esta medida. Mas o ideal é que, ao voltar a produção capaz de cobrir toda a população, que a dose seja feita integralmente”.

“Se você tiver certeza de ter doses suficientes para a cobertura de toda a população o recomendado é aplicar a dose completa. Tanto é verdade que essa vacina fracionada não dá direito ao certificado internacional. Mas como a situação do país agora é uma oferta abaixo da demanda necessária é melhor você cobrir um maior número de pessoas do que deixar gente sem vacinar”, completa.

O especialista também diz que a estratégia de vacinação fracionada não está errada, “o que está errado é que isso foi feito muito tarde, se perdeu um tempo no segundo semestre que foi nobre. Tinha que ter pegado entre julho e dezembro e vacinado a população de risco e intensificar a produção de vacina, mas o Ministério resolveu dizer que estava tudo sob controle”.

VECTOR

Sobre a falta de combate ao vetor, ou seja, ao mosquito que transmite a febre amarela, André Freitas destacou que desde que “foi criada vacina da febre amarela o controle da doença é feita fundamentalmente desta forma”. Ele explica, que ao contrário da dengue, chikungunya e zica, que são transmitidas pelo aedes aegypti, o mosquito que transmite a febre amarela silvestre, atual epidemia, é um mosquito que vive na mata, por isso não tem como controlar ou fazer o combate ao mosquito, a solução é “proteger as pessoas que vão até aquela localidade”.

CAMILA SEVERO



“Ao invés de declarar o fim do surto e comemorar, devia ter sido feito um esforço de vacinação”, disse o especialista em entrevista ao HP

Pretensão “plano popular” só serve para atender as operadoras de saúde, aponta estudo do IPEA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) criticou o favorecimento das operadoras de planos de saúde no Brasil com o projeto “Plano de Saúde Acessível”, apresentado pelo Ministério da Saúde do governo Michel Temer (PMDB).

Para o IPEA o projeto “parece ter sido muito mais motivado pela perda de mercado das seguradoras diante do desemprego e da queda de renda”, afirmou a nota técnica “O público e o privado no sistema de saúde: Uma apreciação do projeto de Plano de Saúde Acessível”, assinada pelo Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Edvaldo Batista.

Em janeiro do ano passado, o Ministério da Saúde enviou a proposta de uma nova modalidade de plano de saúde para apreciação da Agência Nacional de Saúde (ANS) argumentando a redução do número de segurados ocorrida devido ao aumento do desemprego e à queda da renda resultantes da crise econômica.

A nota do IPEA critica este ponto. Segundo o órgão, são usadas “apenas justificativas econômicas relativas ao mercado de planos e seguros privados de saúde para sustentá-lo”.

A proposta do governo Temer cria três novas modalidades de plano de saúde: 1- Plano Simplificado, que cobre apenas exames de baixa e média complexidades e consultas; 2- Plano Ambulatorial + Hospitalar, que inclui também internação e urgência; e 3- Plano em Regime Misto de Pagamento, que tem cobertura ampla mas requer que o paciente arque com parte dos custos da assistência prestada (coparticipação).



“Proposta do governo aumentará desigualdade”

Aproximadamente 25% dos brasileiros já são cobertos pela Saúde Suplementar (planos de saúde e seguros saúde) em modalidades que incluem as propostas pelo “Plano de Saúde Acessível”. Isso porque “parece ter sido oficialmente não existam planos em regime misto de pagamento, a falta de regulação pelo governo federal das operadoras, permite que aproximadamente 1/3 dos produtos comercializados na Saúde Suplementar sejam no modo de coparticipação ou franquia.

O governo promete que as novas modalidades terão preços mais baixos, levando a um aumento do número de pessoas que optarão por planos e seguros privados de saúde, deslocando assim, parte da demanda por serviços públicos para o setor privado, “reduzindo gastos e melhorando o acesso à assistência à saúde no SUS”.

Mas, segundo o IPEA “a proposta de Plano de Saúde Acessível, além de segmentar ainda mais o sistema de saúde e exacerbar os problemas de equidade existentes, tem pouca probabilidade de atingir os objetivos declarados de ajudar a controlar gastos em saúde e melhorar o acesso no SUS”.

O relatório aponta como exemplo a “coparticipação de pelo menos 50% do valor dos procedimentos”. Irá “reduzir o grau de mutualismo entre os segurados e limitar o acesso

dos mesmos aos cuidados necessários, especialmente aos mais caros, podendo obrigá-los a recorrer ao SUS e/ou pagar do próprio bolso”, destacou.

Outro exemplo é a regra do projeto que visa a recomposição de preços com base em planilhas de custos das operadoras, o que na prática, aponta o IPEA, repassa custos e risco do negócio para o segurado. “Retirando incentivos para busca de eficiência por parte das operadoras, além de permitir comportamentos abusivos nos reajustes de preços”.

O projeto prevê a criação de um plano regionalizado com cobertura adaptada à disponibilidade da rede privada no município, o que representa a restrição ao acesso aos cuidados necessários e aumenta as desigualdades na utilização da assistência à saúde, sem que necessariamente a redução de custos seja repassada para os segurados. “A proliferação de planos regionalizados exacerba e cria oportunidades para que as operadoras adotem comportamentos abusivos, como, por exemplo, a exclusão de tratamentos para determinadas doenças mesmo quando disponíveis na localidade e a venda de cobertura para procedimentos não disponíveis na localidade”, apontou o IPEA.



Governo do Distrito Federal vem sendo alertado sobre risco desde 2009

Viaduto do Eixão Sul desaba em Brasília

Parte de um viaduto localizado no Eixão Sul, uma das vias mais importantes de Brasília (DF), desabou no início da tarde desta terça-feira (6). A estrutura caiu sobre quatro carros que estavam estacionados em uma via que passa em baixo do viaduto. Parte do muro de um restaurante instalado na Galeria dos Estados, tradicional centro comercial que funciona embaixo do viaduto, também caiu. Felizmente, não houve feridos no desabamento.

O trecho do viaduto que desabou corresponde a duas, das três faixas do sentido sul da via, considerada a principal via expressa de Brasília, que liga a região norte e sul da cidade, passando pelo Eixo Monumental, onde fica a Esplanada dos Ministérios. O desabamento aconteceu a um quilômetro da rodovia.

ria do Plano Piloto. A Defesa Civil afirma que ainda existe a possibilidade de ter novos desabamentos.

O governador distrital, Rodrigo Rollemberg (PSB), apareceu ao local e admitiu durante uma rápida entrevista coletiva que o viaduto não havia passado por reparos ou manutenção. “Brasília é uma cidade que está envelhecendo, é uma cidade de concreto. Infelizmente este viaduto ainda não tinha passado por manutenção”, declarou.

Nos últimos anos, professores da Universidade de Brasília, o Sindicato de Arquitetura e Engenharia e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura realizaram diversos alertas sobre os problemas do viaduto.

“Naquele época [2009], já havíamos identificado diversos problemas estruturais, pois queríamos que as manche-

tes dos jornais fossem sobre vitórias do Brasil e não de tragédias. Felizmente, nada ocorreu. Mas, devido à falta de cuidado durante tantos anos, a estrutura não suportou agora”, disse o professor João Bosco, engenheiro à frente do trabalho do CREA-DF.

Em 2012, o alerta veio do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o qual realizou auditoria operacional sobre conservação e manutenção de bens públicos. O relatório avaliou a destinação de recursos para obras e reparos, e constatou prédios e construções públicas que não apresentavam bom estado de conservação, ameaçando a segurança dos usuários. A Corte cobrou providências, mas os governos de Arruda, Agnelo e Rollemberg, ignoraram as recomendações.

ERNESTO ANDRADE



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Previdência

Passamos o dia todo ouvindo o mantra de que a Previdência precisa de reformas! Há uma procura desesperada, no congresso, por votos para que isso venha a acontecer! Curiosamente não vejo ninguém falando na grande essência dessa questão que é a contribuição dos trabalhadores. A Seguridade Social é formada pela Previdência, Saúde e pela Assistência Social. A sustentação dela é assegurada pela Constituição Federal, em seu Artigo 195 que propõe textualmente o seguinte: “A Seguridade social será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta” essa determinação faz com que de toda a transação financeira ocorrida no país seja uma pequena parte para a Seguridade o que nos leva a crer que há um verdadeiro oceano de dinheiro para ser dividido por esses três importantes segmentos da sociedade que atendem a um conjunto significativo de pessoas nas suas carências sociais mais elementares! Previdência é sinônimo de Amparo e dentro deste estão todos os tipos das aposentadorias que cobrem, aos trabalhadores em seu momento mais especial na vida que é a fase de ‘inatividade remunerada’ com salário proporcional ao que foi pago ao longo de toda sua vida laborativa! A Assistência tem a especialidade de garantir, aos segurados, alguns complementos que podem ser adquiridos por um valor financeiro, ainda que pequeno, mas que ajudam no seu dia-a-dia e que chegam por meio do Bolsa Família. Quanto a Saúde é o segmento responsável pela sanidade física, em todos os sentidos, dos nacionais! Apesar da Seguridade ter uma receita financeira astronômica, o mecanismo da Desvinculação de Receitas da União - DRU, retira desse montante um percentual o que reduz em muito a aplicabilidade dos mesmos nos segmentos que estruturam a Seguridade. Um dos grandes dramas da Previdência são os milhões de trabalhadores que, por força das circunstâncias, estão fora do mercado de trabalho, conseqüentemente, estão sem contribuir para o caixa previdenciário, o que faz com que as carências financeiras sejam especialmente significativas e deficitárias para o seu fim. Outro drama, são os devedores bilionários que, inexplicavelmente, continuam se valendo da impunidade para tocar os seus propósitos empresariais, sem serem importunados. Por tanto, as reformas devem começar por criar empregos e cobrar os devedores, depois disso, podemos pensar nas distorções previdenciárias.

Cícero Carlos Maia - por correio eletrônico

STF mantém obrigatoriedade do ressarcimento de planos ao SUS

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (7), que as operadoras de plano de saúde devem ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) por tratamentos de clientes na rede pública.

A cobrança de ressarcimento ao SUS ocorre todas as vezes em que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio de cruzamento de dados do Ministério da Saúde, verifica que um paciente foi atendido na rede pública para um serviço que poderia obter na rede suplementar - ou seja, dentro do que foi contratado com o seu plano de saúde.

A lei que regulamenta os planos de saúde entrou em vigor em 1998. Naquele mesmo ano, a Confederação Nacional de Saúde-Hospitais, Estabelecimentos e Serviços ingressou com ação, contestando o ressarcimento. A decisão do STF pôe fim à controvérsia, obrigando os demais tribunais a seguirem o entendimento.

A decisão traz impacto não apenas para os cofres do Sistema Único de Saúde, mas também para aqueles que contratam os planos, na esperança de ter um atendimento que escolheram. “Ao declarar constitucional a cobrança, o STF inibe uma prática muito comum de planos de saúde que é empurrar seus clientes para o atendimento no SUS”, avalia o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Fmusp), Mário Scheffer.

RJ: Duas crianças baleadas e mortas

O Rio de Janeiro passa por uma situação de calamidade generalizada, onde a população não consegue ver saídas para o sofrimento diário causado pelo caos que se instalou no estado, tanto na saúde e educação, quanto na segurança. O último fim de semana foi mais um, marcado pela violência. De sexta-feira (2) até o último domingo (4), nove pessoas foram mortas na região metropolitana da cidade.

Nesta terça-feira (06), uma menina de três anos e um garoto de 13, foram vítimas fatais desta situação catastrófica que afeta a capital fluminense.

A criança morreu após ser baleada em uma tentativa de assalto na Rua Cardoso de Castro, em Anchieta, na Zona Norte do Rio. O pai e a mãe também foram baleados e levados para o hospital. A criança chegou a ser socorrida e levada para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Ricardo de Albuquerque, mas não resistiu aos ferimentos. Segundo a secretaria estadual de Saúde, a menina Emily Sofia Neves Marriell já chegou morta na UPA.

O menino de treze, identificado como Jeremias Moraes da Silva, morreu após ser baleado durante uma operação da Polícia Militar no Complexo da Maré, zona norte do Rio. Devido à ação da polícia na região, as três principais vias da cidade foram interditadas durante a tarde, causando terror e pânico nas pessoas que passavam pelo local.

A atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro não tem sido suficiente para diminuir as estatísticas de criminalidade no estado. Entre agosto, quando começou a atuação permanente das tropas do Exército, e dezembro de 2017, os casos de roubos de veículos na capital aumentaram em 6%, conforme as estatísticas disponibilizadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

O Estado do Rio de Janeiro, somente neste ano, já registrou o número de 16 policiais mortos e 34 feridos.

Bloco da Umês agita o Bixiga em defesa da Previdência Social

Com o início da maior festa popular do país, milhões de foliões já se preparam para acompanhar os blocos de rua e os desfiles das escolas de samba.

Em São Paulo, onde os blocos carnavalescos tomaram grandes proporções nos últimos anos, serão 491 desfiles em todas as regiões da cidade. Apenas no último fim de semana, mais de 3,8 milhões de pessoas participaram das festas.

No Rio de Janeiro, serão ao menos 263 blocos nos próximos dias de folia. Destaque para o Cordão do Bola Preta, que na celebração de seu Centenário, espera levar mais de 1,5 milhão de pessoas para o centro da cidade.

Já em Recife e Olinda, mais de 2 milhões de pessoas são esperadas para a folia. Nena Queiroga e o compositor Jota Michiles, são os homenageados

do ano e o destaque é para o Galo da Madrugada, que disputa com o Bola Preta o título de maior bloco carnavalesco do mundo.

A crítica à atual situação do país também dá as caras neste carnaval. No último dia 6, o Bloco UMES Caras Pintadas, levou muita alegria aos foliões nas ruas do bairro do Bixiga. Esse ano, o bloco teve como tema a Reforma da Previdência, que afetarão o direito a aposentadoria das futuras gerações.

Ao som da “Banda Foliões da Paulicéia”, os jovens ecoaram o Fora Temer e cantaram a marchinha contra a reforma da previdência de Temer.

“Não mudo minha conduta/ Sem temer vamos à luta/ Cara Pintada eu sou na moral / Defendendo a Previdência Social”, dizia trecho da marchinha cantada pelos presentes.

'Reforma desconsidera a desigualdade no Brasil'

ANTONIO TUCCÍLIO*

Um dos pontos mais polêmicos da proposta de reforma da Previdência Social diz respeito à idade mínima para aposentadoria: 65 anos. Desde que a PEC 287 foi anunciada, esse tem sido um dos pontos mais discutidos. Afinal, há um número considerável de pessoas que morrem antes de chegar a essa idade.

No decorrer do último ano, muito se falou sobre a reforma, mas não em detalhes. Há pontos no texto que não foram muito explorados e que precisam ser de conhecimento geral. Um deles é justamente a possibilidade de aumentar a idade mínima, considerando dados de expectativa de vida do brasileiro.

A expectativa de vida aumentou. Inclusive, esse é o principal argumento do governo para que a reforma saia do papel. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o brasileiro vive, em média, 76 anos. Na década de 40, por exemplo, a expectativa de vida era 30 anos menos. O aumento deve-se, em grande parte, aos avanços da medicina e dos hábitos de vida.

É fato que os brasileiros vivem mais e tudo leva a crer que a expectativa de vida continuará crescendo. Considerando isso, o governo pretende aumentar a idade mínima para aposentadoria seguindo os dados do IBGE, podendo, até, ultrapassar os 65 anos daqui alguns anos.

Essa proposta é uma ofensa à convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina 65 anos como a idade limite para aposentadoria por velhice. É também uma tentativa de diminuir ainda mais o número de aposentados, fazendo com que o governo acumule mais contribuições que não serão revertidas aos que passaram anos de suas vidas contribuindo mensalmente com a Previdência.

Também não faz sentido acreditar que pessoas acima dos 65 anos têm energia suficiente para trabalhar. Há exceções, e eu sou uma delas! Mas não se faz da exceção uma regra. Pensemos, por exemplo, nos policiais e nos professores, carreiras que vivem rotinas exaustivas e requerem muito esforço.

Outra razão para ser contra o aumento da idade mínima de 65 anos para aposentadoria é a diferença na expectativa de vida entre regiões. O Brasil tem mais de 200 milhões de cidadãos e é marcado pela desigualdade. Em alguns estados, a expectativa de vida beira os 80 anos (São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina) e em outros quase não ultrapassa os 70 anos (Piauí e Maranhão).

Essa diferença é vista até mesmo de um bairro para outro. Veja o exemplo da minha cidade, São Paulo. Quem mora no Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona Oeste, vive cerca de 25 anos a mais de quem mora na Cidade Tiradentes, bairro da zona Leste. Esse é um dado do Mapa da Desigualdade de 2016, apresentado pela Rede Nossa São Paulo.

Este é apenas um dos pontos equivocados da proposta de reforma. Há vários outros que, juntos, motivam a grande oposição da sociedade brasileira. Espero que os deputados federais considerem esses absurdos e sepultem a proposta no Congresso Nacional.

*Antonio Tuccílio, presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP). Artigo publicado originalmente no portal Estadão.

Cobap: 'Governo faz maquiagem para aprovar reforma diabólica'

Marlon Costa/Futura Press



Texto enviado à Câmara manteve idade mínima para aposentadorias



Trabalhadores e servidores convocam à greve geral no dia próximo dia 19

Conlutas: 'Novo texto mantém essência de ataque aos trabalhadores. Todos à greve'

As centrais sindicais CSP-Conlutas e CGTB, além de entidades dos servidores públicos reunidas pelo Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate) e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) mantêm a mobilização para a greve geral no dia 19 contra a reforma da Previdência.

Segundo a Conlutas, não é momento de descansar: "Embora admita que o governo não tem os votos necessários para aprovar a medida, o discurso das lideranças governistas é de que o cenário pode mudar nos próximos dias e a intenção é colocar a reforma em votação até o dia 28".

Nesta semana o relator

da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), apresentou o novo texto, concedendo pensão vitalícia para familiares de policiais federais, rodoviários federais e civis e agentes penitenciários que morrerem em serviço. Mas a entidade denuncia que "o texto mantém a essência de ataque desta reforma que, na prática, significa o fim do direito à aposentadoria para os trabalhadores brasileiros".

"Essa reforma só serve para agradar aos banqueiros e poderosos. Ela está toda baseada em mentiras, como comprovou a CPI da Previdência. E o povo sabe que não tem cabimento se aposentar pela hora da morte, por isso que 'quem votar não

volta'. É esse o nosso lema para o dia 19, e devemos deixar bem claro para todos os deputados. É preciso ficar alerta, mesmo sem ter garantidos os 308 votos. Não podemos deixar passar essa reforma de maneira nenhuma, vamos tomar as ruas, é a Greve Geral que vai dar o recado", ressaltou o presidente da CGTB, Ubiraci Oliveira.

"Orientamos que todos os sindicatos, movimentos e entidades filiadas organizem, nos estados e regiões, plenárias, seminários e reuniões, com todas as organizações e ativistas que estejam dispostos a lutar, para preparar as mobilizações do dia 19", diz a nota da Conlutas.

Governo Temer tenta aprovar PEC com propaganda enganosa e compra de votos

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) classificou as novas mudanças anunciadas pelo relator da reforma da Previdência, o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), nesta quarta-feira, 07, como "maquiagem".

A alteração no texto da PEC 287, que institui a reforma, consiste em conceder pensão integral para os cônjuges de policiais federais, rodoviários, civis e legislativos mortos em serviço. Ainda este mês, Maia chegou a declarar que faria uma regra de transição para os servidores e permitiria o acúmulo de benefícios, na tentativa de angariar mais votos para aprovar a PEC da reforma, porém não passou de promessa.

Com a mudança anunciada, caso seja aprovada, a integralidade da pensão levará em conta a data de entrada do policial no serviço público. Isso porque os servidores que entraram após 2003 não têm integralidade na aposentadoria. "Tudo isso é maquiagem. O governo está desesperado e está sendo pressionado pelos banqueiros internacionais. Eles não têm votos suficientes para aprovar essa maldita reforma", alertou Warley Martins, presidente da COBAP.

Desde que foi anunciada, a reforma já sofreu diversas alterações, com o governo desistindo de diversos pontos, como a alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com deficiência e pessoas com mais de 65 anos que não têm meios de se manter, o qual anteriormente seria mudado para 70 anos.

O foco da reforma, no entanto, permanece inalterado. A idade mínima para se aposentar será ainda instituída em 62 anos para mulheres e 65 para homens. Com esses fatores, o acesso ao benefício permanecerá inalcançável – ou alcançável pela hora da morte (ver matéria na página 2). Ela vai cortar ainda 40% do valor das novas pensões e 40% dos novos benefícios de quem se aposentar com apenas 15 anos de contribuição. O trabalhador só terá 100% da média de contribuições caso tenha 40 anos de pagamentos comprovados.

Para Warley, Temer e a

quadrilha que se apossou do Congresso Nacional "em vão, tentam ludibriar o povo, dizendo que a Previdência vai quebrar e que as mudanças serão boas. Se o nariz crescesse cada vez que uma mentira fosse contada, certamente, Temer seria mais narigudo que o personagem Pinóquio".

Embora não tenha angariado ainda todos os apoios necessários, a insistência do governo em colocar a matéria em votação no dia 19 deixa a categoria alerta, além dos outros trabalhadores, que se mobilizam para uma grande greve geral contra a reforma da Previdência: "Juntamente com as federações e algumas entidades representativas dos servidores públicos, estaremos em vigília em Brasília no dia 20 de fevereiro, protestando de frente o Congresso Nacional para ficar de olho e pressionar os deputados", explica Warley.

"Após gastar horrores com propinas, liberar emendas e leiloar centenas de cargos aos deputados, o governo tem no máximo 270 votos favoráveis, mas necessita de 308. Em 2017, a COBAP e as demais entidades irmanadas conseguiram brechar a votação da PEC 287", disse o líder dos aposentados, completando: "Temer não tem votos para aprovar esse diabólico projeto que vai destruir as aposentadorias".

Ainda no ano passado, a pedido da Cobap, o senado federal organizou uma CPI para avaliar a real situação da Previdência, bem como as alegações do governo, anunciadas como fatos, de que há enorme déficit na Seguridade Social e que não haverá dinheiro nos próximos anos para nenhum aposentado. O resultado da CPI foi, muito ao contrário, a comprovação de que não há déficit, mas sim alteração nos dados para parecer que há, além de uma dívida bilionária de empresas privadas e bancos, que tem suas dívidas perdoadas, juros reduzidos ou são agraciadas com parcelas a perder de vista.

Para a Cobap, "a CPI comprovou que a má gestão, a corrupção e os desvios são os verdadeiros fatores que prejudicam o sistema e não o envelhecimento da população, como o governo tenta justificar".

SP: motoristas se mobilizam contra ataques a seus direitos

Centenas de motoristas e cobradores se reuniram em assembleia na quarta-feira, dia 7, na capital paulista, para dizer não às reformas do governo Temer, que atacam direitos dos trabalhadores. Para o presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores em Transportes Rodoviários Urbano de São Paulo, Valdevan Noventa, "a reforma da previdência é um massacre à classe trabalhadora".

Segundo Noventa, será realizado no próximo dia 16, um grande plenária da categoria, onde serão decididas as ações para barrar o avanço da PEC do roubo à Previdência, que poderá entrar na pauta de votação da Câmara dos Deputados no próximo dia 19.

Além da mobilização contra a reforma da Previdência, os motoristas e cobradores aprovaram em assembleia ações de resistência à aplicação da reforma trabalhista.

Para Noventa, a lei tra-



Presidente Noventa

balhista de Temer não será implantada para os trabalhadores do setor. "Os dirigentes do sindicato têm que cortar o mal pela raiz, fazendo desde já o enfrentamento nas garagens e exigindo que os patrões respeitem os direitos dos trabalhadores, assegurados na convenção coletiva de trabalho, declarou Valdevan.

Governo quebra a cara ao tentar ganhar apoio de servidores para "reforma"

Os representantes do funcionalismo público se reuniram na última terça-feira, 6, com o vice-líder do governo Temer na Câmara, deputado federal Rogério Rosso (PSD-DF). A reunião ocorreu a pedido do parlamentar, na tentativa de buscar o apoio da categoria à reforma da previdência.

O parlamentar, defendendo a necessidade da reforma da previdência, e destacando que Temer não abrirá mão do aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para ter direito à aposentadoria - questionou os representantes do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado, alegando que se caso estivessem no lugar do ministro da Fazenda, não fariam a reforma da Previdência.

O diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), Cesar Roxo Machado respondeu ao deputado: "Não! Não faria-

mos, pois a Seguridade Social é sustentável e a CPI da Previdência já comprovou isso", disse Cesar Roxo, que continuou: "A ANFIP há anos afirma, com base em estudos consistentes, que os problemas no financiamento da Seguridade Social são decorrentes da má gestão dos seus recursos, das inúmeras desonerações da folha de pagamento, das isenções, da benevolência na cobrança dos devedores da Previdência, bem como o enorme desvio de recursos decorrente da DRU".

Durante a reunião, o vice líder do governo admitiu que será difícil que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que trata da reforma da Previdência Social, seja aprovada. "O tempo corre em desvantagem do governo. Deputados que eram favoráveis já me informaram que não têm mais condições de votar a favor".

'Renúncias fiscais, sonegação e DRU são o que causam prejuízos à Seguridade', denuncia Anfip

Em audiência pública sobre a CPI da Previdência, nessa terça (06), o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, criticou a proposta de reforma da Previdência e defendeu as decisões apresentadas pela CPI, que contradizem os argumentos do governo para tentar aprovar o assalto às aposentadorias.

No fórum, Floriano denunciou as tentativas de Temer de convencer o povo de suas mentiras: "O governo quer convencer a sociedade de que a reforma é necessá-

ria, sem apresentar informações e dados corretos quanto ao desmonte promovido na Seguridade Social ao longo dos últimos anos com renúncias fiscais, renegociação de dívidas, sonegação e desvinculação de receitas. Somente em 2016, o governo deixou de arrecadar 23% de recursos", denunciou.

"Saímos daqui [da audiência] com um compromisso muito claro: dia 19 o governo vai botar em votação e nós vamos estar aqui em Brasília mobilizados", acrescentou Floriano em vídeo feito ao final da reunião.

O relatório final da CPI

da Previdência, aprovado em outubro de 2017, demonstrou que os cálculos feitos pelo governo para justificar a reforma são "criativas", ao invés de constitucionais, de acordo com o presidente da ANFIP.

"Permitir que essa reforma aconteça é contra a possibilidade de os nossos filhos poderem se aposentar", afirmou também o presidente da CPI, o senador Paulo Paim (PT-RS). Também presente, o relator, senador Hélio José (PROS-DF), completou: "Quem votar a favor dessa PEC da morte, que é a PEC 287, não volta para essa Casa".

AJUFE: 'Somos contra essa reforma que só visa retirar direitos dos trabalhadores'

O vice-presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil (AJUFE), Antônio José, denunciou as injustiças que o governo Temer tem cometido contra os funcionários públicos e assalariados no geral, em audiência pública ocorrida nessa terça-feira (06) sobre a CPI da Previdência.

Para Antônio, as propostas de que o governo tem feito na tentativa de que o povo engula a reforma da Previdência são injustas por seu caráter duvidoso. "Somos contra essa re-

forma que só visa retirar direito de trabalhadores, servidores públicos", disse. O representante da AJUFE na audiência salientou o grande esforço da entidade para ser proativa nas questões que envolviam a CPI da Previdência.

Além disso, aproveitou o fórum para denunciar dados sobre a dívida ativa da União: "Nós temos hoje mais de R\$ 1,8 trilhão dos quais mais de R\$ 400 bilhões são de dívidas relativas à previdência social, com quase 50% de média

e alta recuperabilidade", afirmou. Como objeto de exemplo, a JBS é a segunda maior devedora, atrás apenas da falida Varig, com uma dívida com a Previdência que soma R\$ 2,4 bilhões, de acordo com notícia veiculada pela CBN.

Por fim, alertou que milhões de trabalhadores assalariados serão duramente prejudicados com a reforma da Previdência, já que, quando muito, terão seus futuros benefícios limitados a apenas um salário mínimo.

CNA discute saída de Zuma acusado de receber propina para reformar sua residência

Após reunir-se com o presidente sul-africano, Jacob Zuma, no dia 7, o líder do Congresso Nacional Africano (ANC) e vice-presidente do país, Cyril Ramaphosa, divulgou comunicado, afirmando que a saída de Zuma da presidência do país, está aguardando apenas alguns detalhes. "Discutimos de forma direta a transição", afirmou Ramaphosa.

A construção de um acordo para a saída de Zuma é o caminho que mais interessa ao ANC e a Ramaphosa, pré-candidato a presidente para a eleição de 2019 e deve assumir o cargo com a saída do presidente. Caso não seja viabilizado o afastamento através de um acordo, o processo correrá via Parlamento, seja por uma moção de censura ou pela instalação de um processo de impeachment, por corrupção, o que poderia prejudicar ainda mais a popularidade do partido e fortalecer a oposição.

A primeira conversa acerca do acordo para a renúncia de Zuma ocorreu domingo. O presidente negou qualquer possibilidade de abandonar o cargo. Com a decisão, o comitê executivo do ANC se reuniu na segunda para votar um pedido formal de destituição, o que resultou em um novo encontro entre Zuma e Ramaphosa na terça.

"CAPTURA DO ESTADO"

Zuma responde a acusações por envolvimento em 783 casos de corrupção, ao longo de toda a sua vida pública. Além da "captura do Estado" por interesses dos monopólios e empresas privadas, o caso de corrupção que mais chocou os sul-africanos está relacionado à utilização de dinheiro público para financiar obras em uma de suas casas particulares.

A "Captura do Estado" foi o título de um relatório publicado ano passado pela promotora de justiça, Thuli Madonsela. De acordo com o documento, as benesses dadas por Zuma às empresas da família Gupta, desviaram dos cofres públicos entre 150 e 200 bilhões de rands (9 a 12 bilhões de euros).

Tudo veio a público com a divulgação das investigações envolvendo a família Zuma e os irmãos Gupta - os magnatas indianos radicados na África do Sul, Atul, Ajay e Rajesh Gupta, que angariaram vasta influência política e econômica. A associação teria tido início já em 2007, ano que Zuma assumiu o cargo. Desde então, diversas empresas ligadas aos Gupta receberam concessões e contratos públicos, sobretudo no setor de mineração. São laços tão próximos, que ambas as famílias são conhecidas como os "Zuptas" no país. GABRIEL CRUZ

Centrais convocam mobilização e greve contra demissões de Macri

A Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) e a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) convocaram uma greve e mobilização em várias cidades do país, para o dia 15. A iniciativa é um rechaço às centenas de demissões perpetradas nos últimos dias em importantes centros de pesquisa e de saúde do Estado como ocorre no Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), o Hospital Posadas, na ameaça de fechamento da indústria Fabricações Militares da cidade de Azul, Fanazul, e no Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar, Senasa, entre outros.

Os dirigentes sindicais anunciaram a greve em coletiva de imprensa na sede do INTI, que permanece ocupada pelos trabalhadores há vários dias, em repúdio a 250 demissões. Hugo Godoy, secretário geral da ATE, afirmou que o governo de Macri tem que parar com essa sua política de suacitar o Estado e abrir as portas às multinacionais. "No dia 15 vamos fazer uma jornada de luta, com greve de todas nossas empresas e organizações e uma mobilização

puxada pelos companheiros do INTI, do Posadas, de Fabricações Militares, açucareiros, indústria farmacêutica, jornalistas", declarou Ricardo Peidró, secretário adjunto da CTA Autônoma. Em ampla reunião com a presença da Confederação Geral do Trabalho (CGT), representada por Hugo Moyano, dos dirigentes dos dois setores da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), Hugo Yasky e Pablo Michelli, além de outros sindicatos e movimentos sociais, foi aprovada uma marcha contra o arrocho do governo para o dia 21 de fevereiro.

"Esta é uma reivindicação legítima dos trabalhadores. A mensagem ao presidente é que, com esse modelo econômico, está excluindo milhares de trabalhadores", assinalou o líder do Sindicato dos caminhoneiros, Moyano. O secretário geral da CTA dos Trabalhadores, Pablo Michelli, expressou: "Vemos fazer uma mensagem de unidade para todos os trabalhadores do país. Aqui não se salva nem nenhum sindicato nem movimento social sozinho. Temos que sair nas ruas e lutar todos juntos".

Detidos em Miami, pais de brasileira que trouxe ao Brasil o filho dela com americano

Os avós brasileiros de Nico Brann (8), filho do norte-americano Christopher Scott Brann e da brasileira Marcelle Guimarães, foram presos sob a acusação de que os avós ajudaram a mãe a trazer a criança de forma ilegal dos EUA ao Brasil. A prisão ocorreu no Aeroporto de Miami, na manhã de quarta, quando Carlos Otávio Guimarães e Jemima Guimarães chegaram num voo vindo do Brasil.

Para o advogado de Marcelle, Rui Fragoso, é uma "situação absurda. Os avós, que nada têm a ver com o caso, são detidos nos EUA. É uma afronta à soberania brasileira". Para a defesa da família, a prisão não faz sentido, já que "o próprio pai da criança retirou os avós do processo aqui no Brasil". "Há que se ressaltar", continua Fragoso, "que essa questão já foi decidida na justiça brasileira em duas instâncias. É a guarda, em razão das peculiaridades do caso, dos gravíssimos fatos apurados aqui na justiça

brasileira, a guarda foi entregue à mãe. Com a criança devendo permanecer no Brasil".

Marcelle e Christopher se casaram no Texas em 2008, tiveram Nico um ano depois, e se separaram em 2012. A partir de então, ambos compartilhavam a guarda do garoto nos EUA. Porém, em 2013, a criança foi trazida pela mãe ao Brasil, com a autorização do pai, para um casamento de um tio do garoto e, nem ela, nem a mãe retornaram aos EUA.

O pai do garoto comemorou a prisão e disse que se o filho retornar as acusações por sequestro e conspiração contra os avós serão retiradas. "Sinto muito que tenhamos chegado a isso. Tudo o que sempre quis, é tudo o que ainda quero, é que meu filho Nico tenha acesso igual a ambos os pais. Se Nico for imediatamente devolvido a Houston [cidade onde o pai reside], estou preparado para pedir que a promotora dos EUA sejam lenientes com os casos de Carlos e Jemima".

Israel inicia a deportação em massa de imigrantes africanos



Manifestantes condenam deportação usando a mesma palavra de ordem proclamada pelos judeus após seu genocídio pelas mãos dos nazistas

390 refugiados morreram na travessia do Mediterrâneo desde o início do ano

Estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) aponta que pelo menos 390 pessoas perderam a vida ao tentar atravessar o mar Mediterrâneo nas primeiras semanas deste ano, contra 257 de 2017. O número representa 71% das 546 mortes de imigrantes apuradas em todo o mundo.

De acordo com a OIM, é muito difícil fazer uma averiguação exata das fúnebres cifras devido à gravidade da crise dos refugiados, da complexidade dos itinerários e das terríveis condições das viagens em que têm se lançado para driblar a crescente vigilância, pelo que os números citados são conservadores.

Assim, com as barreiras e medidas de "segurança" adotadas por diversos governos euro-



Rotas estão cada vez mais difíceis e letais

peus, o número de imigrantes que conseguiram chegar ao continente foi reduzido no período de 10 mil para pouco mais de 7.500. Pela maior proximidade, Itália e Grécia foram os países que mais receberam "indocumentados".

Desde 2014 até o momento, mais de 15.500 pessoas - a quase totalidade africanas - morreram tentar fugir das bombas e tiros, da fome e da miséria espalhadas pela intervenção dos Estados Unidos e seus cúmplices europeus.

Grudinin: "Com Stalin, o crescimento da União Soviética alcançou 15% ao ano"

O candidato à Presidência da Rússia, Pavel Grudinin, afirmou durante entrevista ao jornalista Yuri Dud, que Iosef Stalin foi o melhor líder da Rússia dos últimos 100 anos. Apontou que durante sua direção a União Soviética alcançou um crescimento anual do PIB de até 15% ao ano. No programa do blog, muito ouvido na Rússia, Grudinin observou que as pessoas mantiveram a imagem positiva de Stalin, porque ele era justo.

"Foi o maior líder, além de Lenin. Vladimir Ilich Lenin foi o principal teórico, ele não conseguiu que muitas de suas ideias virassem realidade simplesmente porque a interrupção de sua vida não lhe permitiu. Ele sentou as bases da política econômica e social do país. E Stalin foi o homem que se dedicou totalmente à construção do país. Você sabe o que representa 15% de crescimento do PIB em um ano? Foi o homem que fez de um país com um



Pavel Grudinin

enorme analfabetismo um país com a melhor educação. Que transformou a saúde soviética em um serviço de tal qualidade que, durante a época da guerra, surpreendeu os ingleses, os americanos, o mundo todo. E foi o homem que em um período bastante curto reconstruiu o país para que ele pudesse alcançar o cosmos", declarou o diretor do Sovkhoz Lenin, cooperativa avançada, que manteve seu funcionamento de acordo com as regras da época soviética e é a mais produtiva do país. Os seus trabalhadores, além de todas as garantias e direitos que nunca perderam, contam com uma infraestrutura social única na Rússia com esco-

las, creches e instalações esportivas.

"Hoje está hora de mudar a estratégia econômica liberal, é necessário restaurar a soberania econômica da Rússia. A industrialização e a modernização da economia do país são impossíveis sem o desenvolvimento da ciência, das novas tecnologias", acrescentou.

"O estado priorizará a produção, será melhor priorizar a produção real e não o comércio. E pelo menos 10% das despesas do orçamento serão direcionadas para apoiar a agricultura", disse falando em Rostov do Don, no sul do país, aos trabalhadores da fábrica Klever, que produz máquinas agrícolas.

A eleição presidencial acontecerá, e 18 de março próximo. Pavel Grudinin conta com o apoio do Partido Comunista da Federação Russa, (PCFR), do movimento Frente de Esquerda, das Forças Patrióticas Nacionais da Rússia, e de muitas lideranças políticas e sociais.

Atletas russos processam COI por discriminação

Trinta e dois atletas processaram o Comitê Olímpico Internacional (COI), declarando que a insistência em mantê-los fora dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 está baseada em discriminação.

A ação russa é emergencial e acontece logo após a decisão da Corte de Arbitragem do Esporte (CAS, sigla em inglês), com sede em Lausanne, Suíça, inocentando 28 atletas russos da acusação de doping generalizada perpetrada pelo (COI), e a recusa deste de convidá-los para as Olimpíadas de Inverno que se realizarão em Seul, mesmo depois do órgão máximo de arbitragem do esporte tê-los inocentado.

No dia 7, o CAS informou que "abriu um procedimento da arbitragem depois de uma solicitação preenchida por 32

atletas russos".

O COI, sob influência anti-esportiva dos Estados Unidos, impediu a delegação russa de participar dos Jogos Olímpicos de 2016, que se realizaram no Rio de Janeiro. Agora, o COI está chamando a atenção da Corte sediada na Suíça de "extremamente desapontadora e surpreendente" e acrescentando que esta justa decisão - e não a discriminação deles próprios - terá "impacto muito negativo sobre a luta global contra o doping".

Na segunda, dia 5, a direção do COI negou o convite a 13 atletas russos e dois treinadores para os Jogos de Seul dizendo: "Após a condução de análise detalhada do caso, o Painel de Revisão de Convites decidiu que não haverá exten-

são adicional de convites" aos atletas inocentados pelo CAS.

A dureza com que o COI agiu às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro, banindo dezenas de atletas de jogos internacionais por toda a vida e proibindo a delegação Rússia de desfilar ou competir sob a bandeira do país, assim como uma série de esquemas para condenar o Comitê Olímpico da Federação Russa em uma suposta dopagem generalizada de atletas foi denunciada pelos russos como parte integrante da campanha anti-Rússia desencadeada pelo governo norte-americano, no pior estilo de reedição da Guerra Fria.

O governo russo considerou a recusa ao convite dos seus atletas como "uma decisão injusta, ilegal, imoral e de finalidades políticas".

Apartheid de Netaniahu se volta contra refugiados africanos a quem oferece a "opção" de passagem sem volta para Ruanda ou prisão perpétua no deserto de Negev

O governo de Netaniahu iniciou esta semana sua operação racista de deportação em massa de refugiados africanos, por meio do envio de cartas "instando-os" a retornarem aos países africanos assolados por guerras civis ou fome de onde fugiram.

Está sendo "ofertado" aos que aceitarem - a outra opção é campo de concentração perpétuo no deserto de Negev - uma passagem de avião sem volta de preferência para Ruanda e mais US\$ 3500 em dinheiro, que provavelmente lhe será tomado assim que desembarcar no seu novo destino.

Apesar das ameaças de prisão perpétua no Negev, muitos refugiados afirmam que preferem isso a retornarem à África, mais especificamente a Ruanda, do notório Paul Kagame. "Eu não vou para lá", afirma, já dominando o hebraico, Abda Ishmael, de 28 anos, que veio da Eritreia. Ela se encontra em abrigo, junto com 1.200 imigrantes, em Holot, perto de Tel Aviv. O abrigo será fechado em 1º de Abril, como parte das medidas para expulsão dos 42.000 africanos, na maioria da Eritreia e do Sudão, hoje em Israel. "Amigos e conhecidos que foram para Ruanda e Uganda tiveram destino ruim", afirma ainda Abda, que acrescenta: "Só estamos buscando asilo".

Outros refugiados denunciavam que já houve casos em que alguns que retornaram a Ruanda foram levados até a fronteira com a Uganda e de lá para o Sudão do Sul, onde são deixados no meio da madrugada e obrigados a atravessar a fronteira, sem documentos, rumo ao país em guerra, como informa o portal israelense The Times of Israel.

Com esta medida, Israel dá mais um passo revelador de sua condição de regime de Apartheid. O pretexto, de detestável similaridade com a perversidade nazista, é a manutenção da suposta "pureza judaica" de Israel.

A barbaridade, que torna os executores da medida incurso em crimes de lesa-humanidade previstos pela Convenção de

Genebra para Refugiados, que Israel firmou em 1951 e que considera crime obrigar refugiados a voltarem a países de onde fugiram de condições hostis ou corram risco à sobrevivência.

Shishay Tewelde Medihin, de 24 anos, disse que ao fazê-lo retornar a Ruanda e Uganda, "Israel está pondo minha vida em risco".

"Prendo ficar por tempo indefinido em Saharonim", prisão para onde os refugiados que se recusarem a voltar devem ser levados, acrescenta Shishay.

Segundo o Ministério do Interior de Israel, dos 42.000 africanos que vivem em Israel, metade são menores de idade. Em declarações oficiais, integrantes do Ministério do Interior têm dito que nenhum dos que pedirem asilo e receberem a concessão será molestado. O cinismo impressiona quando checamos os números: 15.400 já preencheram os pedidos de asilo. Dos quais só 6.600 foram examinados e o número de vistos de asilo concedidos é de...11.

A maior parte destes imigrantes chegou a Israel através da desértica fronteira com o Egito em 2007. Depois disso, a fronteira teve a vigilância reforçada, o que findou com a imigração de africanos ao país.

Os refugiados protestaram diante da embaixada de Ruanda, em Tel Aviv, contra a aceitação da oferta israelense de US\$ 5.500 por pessoa que o país africano receber. "Somos refugiados! Não somos criminosos!" e "Vergonha Ruanda!", protestavam os manifestantes.

Entre os judeus também houve rechaço à medida racista de Netaniahu e do "kapo" marroquino Arieh Deri (ministro do Interior). 130 rabinos denunciaram a vergonha e, lembrando os holandeses que se arriscaram para refugiar Anne Frank e muitos outros judeus, pediram a toda família judia israelense que dê abrigo a pelo menos um africano. O rechaço recebeu apoio de 300 médicos, além de dois pilotos da companhia de aviação israelense que se declararam em recusa a transportar refugiados de volta à África.

NATHANIEL BRAIA

Tropas israelenses de ocupação arrasam escolas palestinas

As tropas de ocupação israelenses destruíram duas escolas de crianças na comunidade beduína de Abu Nuwar, próxima a Jerusalém. Em carta ao governo israelense, o coordenador para Questões Humanitárias nos Territórios Palestinos, Roberto Valent, exigiu de Israel que "cesse imediatamente todas as práticas que, de forma direta ou indireta, estejam gestando a transferência forçada de palestinos em várias partes da Cisjordânia, incluindo a destruição de escolas e de propriedade relacionada".

Ele acrescenta que "Abu Nuwar é uma das comunidades mais vulneráveis e que mais necessitam assistência humanitária nos territórios palestinos ocupados".

"Uma combinação de políticas e práticas israelen-

ses - incluindo demolições e restrição de acesso a serviços básicos, tais como a educação - têm criado um ambiente coercitivo que viola os direitos humanos dos residentes", conclui o enviado da ONU.

Em artigo publicado no dia 6, no jornal israelense Haaretz, a jornalista Amira Hass alerta que além das já destruídas, há a de Al Muntar, cuja demolição foi temporariamente suspensa por decisão do juiz da Suprema Corte de Israel, Uzi Vogelman, um dia antes de sua programada demolição. Ela denuncia que os alunos de Al Muntar assistem as aulas em constante "medo de que os tratores israelenses apareçam a qualquer momento para arrasar a escola da Cisjordânia transformando-a em uma pilha de tijolos e ferro velho".

EUA bombardeia força síria que combate terroristas

Os Estados Unidos bombardearam a Síria no dia 7. Segundo a agência de notícias síria, SANA, o alvo da criminosa agressão foram forças populares que combatem, ao lado do exército sírio, os terroristas do Daesh (bando autodenominado Estado Islâmico) e ainda uma outra formação terrorista, a Qasad, na região oriental próxima a Deir Ezzor, ao lado do rio Eufrates.

A rede norte-americana de notícias, ABC, com base em "uma fonte militar anônima" noticiou que no ataque 100 combatentes sírios teriam morrido (o que não é confirmado pela SANA).

Segundo os sírios, o bombardeio norte-americano causou "grande dano na área atacada". "Os Estados Unidos revelaram o real objetivo de sua presença, não convidada, na Síria,

depois de haver assegurado de que seu propósito seria derrotar a organização terrorista do Daesh", afirmou o ministro de Relações Internacionais da Rússia, Sergei Lavrov.

"Na Síria, os americanos embarcam em um curso que busca dividir o país. Planos para a partição da Síria existem e nós temos consciência disso", condenou o chanceler russo.

No mesmo dia, caça israelense atacou um Instituto de Pesquisa libanês a partir do espaço aéreo libanês. Segundo o Comando Geral das Forças Armadas da Síria, os mísseis disparados por Israel foram interceptados pela bateria anti-aérea síria.

"Estas agressões ultrajantes se dão no quadro desesperado de levantar a moral das organizações terroristas em colapso na Síria", afirma o comando militar sírio.



Francisco: 'Vaticano apoia iniciativa de paz'

Papa saúda equipe conjunta intercoreana e reconciliação

O Papa Francisco afirmou à imprensa e a turistas e peregrinos durante uma audiência geral semanal nesta quarta-feira (7) no Vaticano que “a participação de atletas da Coreia do Norte nos XXIII Jogos Olímpicos de Inverno em Pyeongchang, na Coreia do Sul, desperta a esperança de uma reconciliação na Península Coreana” e que “o Vaticano está pronto para apoiar qualquer iniciativa de Paz” e entendimento entre Norte e Sul.

“A trégua olímpica tradicional adquire nesse ano uma importância especial. Isso permite que se tenha esperança em um mundo no qual os conflitos possam ser resolvidos pacificamente através do diálogo e do respeito recíproco, como os esportes nos ensinam a fazer”, disse também o líder dos católicos e completou: “Que esta Olimpíada seja uma grande festa de amizade e esporte. O Vaticano está disposto a apoiar qualquer iniciativa útil que favoreça a paz e o encontro entre os povos”, finalizou Francisco.

Nas Olimpíadas de Inverno em Pyeongchang a República Popular Democrática da Coreia e a Coreia do Sul desfilarão juntas “para avivar o sonho da reunificação pacífica e independente da Pátria, pois a Coreia é uma só nação”, comemorou o representante do Comitê pela Reunificação da Pátria em Pyongyang. Na competição de Hóquei, Norte e Sul formarão uma equipe com atletas das duas partes e disputarão unidos nessa modalidade.

Na semana passada atletas esquiadores sul-coreanos realizaram o último treinamento conjunto na Estação de Esqui de Masikriang na Coreia do Norte. E já está em Seul o grupo artístico dirigido Kwon Hyok Bong diretor do ministério da Cultura e Hyon Song Wol, diretora da Orquestra Samjiyon que partiram de Pyongyang no dia 5 de trem até Wonsan de onde foram de barco para Pyeongchang onde farão apresentações artísticas felicitando os XXIII Jogos Olímpicos de Inverno. Para estimular o grupo e os atletas, membros do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia como Pak Kwang Ho e Kim Yo Jong, irmã do máximo líder Kim Jong Un, fizeram uma cerimônia de despedida do grupo desejando felicidades aos artistas e atletas e sucesso aos Jogos.

Kim Jong Un fez questão de enviar sua irmã e membro do Bureau Político do PTC como membro da delegação da RPDC chefiada por Kim Yong Nam, presidente da Assembleia Nacional Popular Suprema, como demonstração de seu interesse pessoal e compromisso com o sucesso dos Jogos em Pyeongchang e deixar claro o quanto aposta na unidade nacional e na reunificação da Pátria.

Nas ruas de Seul a receptividade ao diálogo ente Norte e Sul tem sido muito positiva e a imprensa internacional tem registrado várias demonstrações de contentamento da população sul-coreana com o fato de Norte e Sul desfilarem juntos na abertura dos Jogos no próximo dia 9 e com o fato da RPDC enviar uma delegação de altíssimo nível para a abertura e mais de 550 atletas para participar das mais variadas competições. “Kim Yo Jong é uma pessoa muito influente. O fato dela vir participar da abertura dos Jogos é um passo muito grande para o avanço das relações entre os coreanos”, afirmou o Reuters Eduard Kim, um jovem analista financeiro de 23 anos em Seul.

Na contramão do espírito geral de entendimento e contrariando os esforços de paz, os EUA continuam semeando a discórdia entre irmãos de uma mesma nação, o ódio e as ameaças de guerra. Além de já ter pressionado o presidente sul-coreano Moon Jae In para realizar manobras militares na fronteira com a RPDC logo após os Jogos Olímpicos, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence que anunciou nesta quarta-feira, durante sua visita ao Japão antes de ir para Seul, mais novas e duras sanções contra a RPDC. Ao lado do primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, Pence afirmou que “serão as sanções econômicas mais duras e agressivas jamais impostas à Coreia do Norte. Nosso objetivo é continuar isolando a Coreia do Norte.” Mas não detalhou quais seriam essas novas sanções.

Muito justamente a RPDC criticou as ações hostis de Pence e Abe e o intuito dos dois políticos em criar constrangimentos e semear a discórdia entre os coreanos do Norte e do Sul.

Melhor ficarmos com a lucidez, o coração e a sensibilidade papal: Os XXIII Jogos Olímpicos de Inverno em Pyeongchang, com as duas partes unidas no desfile inaugural no dia 9 “despertam a esperança de uma reconciliação na Península Coreana”. Um grande passo para o avanço do diálogo, da reunificação e da paz.

ROSANITA CAMPOS

Central sindical grega exige a libertação da palestina Ahead

Delegação da União Geral dos Trabalhadores Palestinos (UGTP) foi recebida nesta quinta-feira (5) em Atenas, pela direção da central sindical grega PAME que, como a UGTP, é filiada à Federação Sindical Mundial (FSM).

A PAME manifestou seu apoio à luta de libertação do povo palestino contra o apartheid israelense, e relatou aos líderes sindicais palestinos as ações que vêm sendo promovidas em muitas partes da Grécia em defesa da Palestina livre e em especial para libertar a adolescente Ahead Ta-

mimi, encarcerada por ter dado um tapa em um soldado da ocupação em dezembro, dias após ter seu primo de 14 anos atingido no rosto por uma bala disparada por um militar israelense. Os jovens repudiavam a expansão do assalto de terras palestinas, clinicamente chamado de “assentamentos” pelos racistas que se autodenominam “colonos”.

A delegação da UGTP estava encabeçada pelo novo secretário-geral Mahmoud Abualwafa e o secretário de Relações Internacionais, Samer Saabi.

Trump reedita Dr. Strangelove e quer bomba nuclear ‘usável’



Trump cavalga uma bomba nuclear enquanto grita: meu botão é maior que o seu

'Bolha de Tudo' assombra Wall Street

A derrubada desta semana em Wall Street, com o índice Dow Jones tendo a maior queda em um só dia da história e, considerando sexta-feira passada, recuando mais de 1800 pontos em dois dias e apagando todos os ganhos do ano, trazem de volta aquilo que o New York Times cunhou, já faz tempo, de “bolha de tudo”: os EUA pós-crash de 2008 e pós-bailout, com juros reais negativos e quantitativo easing, garantidos pelo Federal Reserve, empurrando os especuladores a apostar em dia e noite.

Outros índices também foram ao chão na segunda-feira (5), com o S&P 500 encolhendo 4,1%; a Nasdaq (tecnologia) desabando 3,7% e as bolsas europeias e asiáticas acompanhando a queda livre. Segundo a Bloomberg, o capital fictício da plutocracia global perdeu US\$ 114 bilhões de dólares em um só dia.

Assim, não é de espantar que, a cada balançada de Wall Street, haja pânico de que a hora da casa cair chegou. Afinal, os índices de especulação há já uma década seguem desenfiados rumo à órbita de Plutão - que já nem é planeta. Dos derivativos, hipotecas, papéis junk, recompra de ações, via empréstimos para vitaminar distribuição de dividendos, passando pelo fracking e venda subprime de automóveis, o que não falta é especulação.

Na terça-feira, após subidas e descidas, a Bolsa de

Nova Iorque acabou fechando em alta de 2,6% [sobre o patamar no subsolo da véspera], mas o resultado das bolsas europeias e asiáticas ainda foi negativo.

Conforme a agência Reuters, os especuladores ainda estão fazendo o balanço do que aconteceu na fatídica segunda-feira (5). Já o presidente Trump deve estar se perguntando se não deveria ter mantido fechada sua boca - ou seu Tweeter - por nas últimas semanas ter se gabado da alta em Wall Street como conquista da sua “política econômica”. “Esmagando um recorde após o outro”, gabou-se.

Uma coisa que chamou a atenção foi a velocidade da derrubada, descrita como “uma avalanche de vendas” - e de sua reversão. Em 11 minutos, o Dow desabou 900 pontos. Ao final do dia, a perda havia sido detida em -4,6%. Como se sabe, ao invés dos corretores, as operações hoje em dia são feitas por potentes computadores, com apostas em milésimos de segundo, utilizando algoritmos.

Para o ex-subsecretário do Tesouro do governo Reagan, Paul Craig Roberts, o que deteve a queda foi o que ele chama de “Plunge Protection Team” (Equipe de Proteção de Derrubada [da Bolsa], que é um “grupo de trabalho do Fed”: o BC americano enviou “uma

ordem de compra no mercado de futuros da S&P para o piso de negociação. Os fundos de hedge, vendo a oferta, fizeram frente, entrando e comprando os futuros. Isso empurrou o mercado de volta, encerrou a correção e impediu o pânico financeiro”.

Como Roberts lembra - e tem como saber, por ter integrado o governo Reagan, a “equipe” foi criada em 1987, como forma de evitar, nas suas palavras, que um desastre na Bolsa custasse a eleição presidencial de Bush Pai.

A explicação preferida da grande mídia para a derrubada foi que o aumento do salário médio registrado pelo relatório do Bureau de Estatística do Trabalho em janeiro (+2,9 ano sobre ano), o que impulsionou um aumento do juro sobre títulos de 10 anos do Tesouro para 2,85% - próximo aos fatídicos 3%. O que implicaria na ameaça de acelerar o ritmo da alta de juros marcada para este ano por causa da suposta tendência à alta da inflação, ainda mais quando Janet Yellen acaba de deixar o comando do Fed e tomou posse um financista nomeado por Trump, Jerome Powell, cujo apito que toca não está inteiramente claro.

Nem todos concordam com tal análise. “Investidores” ouvidos pelo site Sputnik afirmaram que um grupo de especuladores resolveu jogar a descoberto contra “o mercado” e, como se dizia antigamente, lavaram a água. Há quem diga que foi um grupo de apostadores querendo “realizar os lucros” após a alta espetacular de janeiro.

O que poderia corresponder - tanto do lado dos especuladores, quanto do “grupo de trabalho” do Fed - à turbulência refletida no aumento do índice de volatilidade (VIX) de 117%, o maior aumento percentual em um só dia. No ano passado, o VIX registrou sua menor taxa anual média. A.P.

(...) (Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br)



Final de um dia de cão na Bolsa de Nova Iorque

Tribunal inglês mantém ordem de prisão ilegal contra Assange e Equador reitera sua defesa

O governo do Equador respondeu à decisão inglesa de ratificar a ordem de prisão contra Julian Assange e reiterou, na última terça-feira, que manterá a proteção do fundador do WikiLeaks.

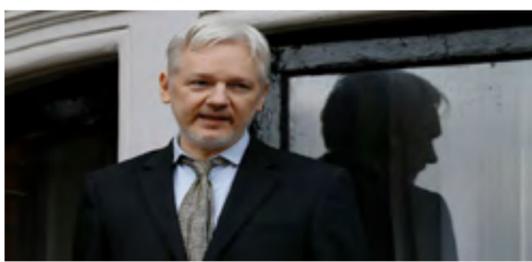
“O Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana informa que o governo equatoriano manterá a proteção internacional para o cidadão Julian Assange enquanto persista o perigo para sua

vida”, informou a chancelaria do país sul-americano. Segundo o comunicado, a decisão está de acordo com o mandato constitucional de defesa dos direitos humanos e os tratados internacionais sottoscritos pelo país.

O jornalista australiano, que foi nacionalizado equatoriano recentemente, se encontra refugiado desde 2012 na embaixada em Londres, de onde não pode

sair ainda que a Suécia tenha retirado - desde maio do ano passado - o pedido de extradição por supostos delitos sexuais. Por detrás da ridícula armação - até as supostas “vítimas” tiraram o corpo fora - o fato é que uma vez sentenciado, Assange seria enviado aos Estados Unidos. Nos EUA, como é sabido, o governo está empenhado na sua condenação à pena capital pela publicação de documentos militares e diplomáticos secretos que revelam crimes cometidos nas guerras do Iraque e do Afeganistão.

No final do documento, o governo do Equador lembra uma vez mais que aspira seguir mantendo “as melhores relações” com a Inglaterra, e que continuará se esforçando para encontrar uma solução “satisfatória para os dois países e respeitosa com os direitos humanos”.



Assange está confinado na embaixada do Equador em Londres

Insanidade geral na “Revisão da Postura Nuclear” de Trump: “bombas atômicas usáveis” e “guerra nuclear limitada”, inclusive contra países sem armas nucleares, o que implode a não-proliferação

A “Revisão da Postura Nuclear” (NPR) do governo Trump, que planeja criar uma nova classe de ogivas nucleares “mais usáveis”, de suposta “baixa potência”, ao mesmo tempo em que ameaça com ataques nucleares países não nucleares, parece sair das cenas do filme “Dr. Strangelove”, a comédia de humor negro de Stanley Kubrick de 1964, sobre o terror nuclear durante a Guerra Fria, em que um general Ianque endoida e resolve lançar um ataque à então União Soviética.

Ná época, o roteirista não pensou na declaração “eu tenho um botão nuclear maior que o seu”. E a vida superando a arte. Trump assumiu como seu o plano de US\$ 1,2 trilhão em 30 anos de Obama para “atualizar” o arsenal nuclear dos EUA e já há rumores sobre retomada de testes.

Conforme o documento, o Pentágono acredita que é possível iniciar uma assim chamada guerra nuclear “limitada” em busca de seus “interesses nacionais”. Concepção rechaçada pelo ex-assessor especial para controle de armas e não proliferação do governo Obama, Jon Wolfsthal, que a considerou baseada no “excepcionalismo” - aquela delirante crença de que os EUA estão acima dos demais países.

“Minha maior crítica da Revisão de Postura Nuclear: diz que estados nucleares não deveriam nem pensar em usar armas nucleares contra nós primeiro porque a escalada não poderia ser controlada, mas assevera que nós podemos usar ogivas nucleares primeiro e então controlar a escalada”, salientou Wolfsthal, chamando a atenção para a “inconsistência”. Segundo ele, a versão final da NPR é bem melhor - ou menos pior - do que o documento original.

Conforme a NPR, foi tomada a decisão de modificar o míssil lançado por submarino Trident D5 para incluir apenas uma parte da ogiva original. Além de desnecessária, Wolfsthal considerou a ideia uma estupidez. “Nós gastamos US\$ 5 bilhões por submarino para torná-lo invisível e colocamos muitas ogivas em cada submarino e, portanto, o que eles querem fazer é pegar um míssil, colocar uma pequena ogiva e lançá-la primeiro, então o submarino fica vulnerável a ataque russo”, assinalou.

Ao expandir o escopo de situações em que os EUA responderiam com força nuclear a ataques não-nucleares, o que o NPR faz é ampliar as ameaças de Washington aos países que não se submetem

a seu domínio. No caso, o pretexto seria “baixas em massa, danos a infraestrutura crítica e até ciberataques”. Ataque nuclear a nações não-nucleares significa simplesmente esvaziar totalmente os princípios essenciais da não-proliferação (e empurrar todos os países que possam a estruturar o quanto antes suas forças de dissuasão nuclear).

A intensificação das ameaças de guerra nuclear espelhadas pela NPR de Trump tem como pretexto o reforço, pela Rússia e China, dos seus arsenais nucleares, conforme o Pentágono, assim como países como Coreia e Irã.

A Rússia também é mentirosamente dita violar a proibição de 1987 de mísseis de cruzeiro intermediários disparados de terra. Também projetam sobre a Rússia seus próprios planos com ogivas nucleares “usáveis”. Conforme o diretor da Federação dos Cientistas Americanos, Hans Kristensen, “não acho que nenhum adversário - certamente não a Rússia - apostaria que se fizessem algo com armas nucleares de baixa potência, que nós não responderíamos”.

ALEGAÇÃO INSANA

Nos think tanks ligados ao Pentágono, também não cessa a apologia da viabilidade de “vencer” uma guerra nuclear, o que nesse insana alegação teria se tornado possível devido à redução do número de lançadores sob os tratados de controle de armas e ainda ao desenvolvimento dos sistemas antimísseis.

Assim, nessa alucinada proposição, o Primeiro Ataque nuclear destruiria a maioria das defesas nucleares da Rússia, e quanto esta tentasse retaliar com o que sobrasse, seus transportadores de ogivas seriam abatidos pelos antimísseis instalados nas suas fronteiras e pelos instalados nas frotas americanas no Mediterrâneo e no Pacífico.

Refletindo esse acirramento do risco de guerra nuclear trazido pela malsinada Doutrina Trump, o “Relógio do Dia do Juízo Final” acaba de ser adiantado em 30 segundos, para dois minutos antes da meia-noite, o mais próximo do apocalipse desde a II Guerra Mundial. O “Relógio” foi criado pelo comitê de diretores do Boletim de Cientistas Atômicos dos EUA em 1947, com a analogia onde a Humanidade está “a minutos para a meia-noite”, onde a meia-noite representa a destruição por uma guerra nuclear.

ANTONIO PIMENTA



Anatoly Antonov, embaixador da Rússia nos EUA

“Propósito da NPR é bombar dinheiro ao complexo industrial-militar”, diz embaixador Antonov

Washington usa a alegada ameaça russa como pretexto para aumentar o arsenal nuclear, enquanto o propósito real por trás da nova estratégia nuclear beligerante é bombar dinheiro para o complexo militar, disse o embaixador russo nos EUA à RT.

“O problema é que os americanos estão novamente usando a Rússia como um bicho-papão para justificar o aumento das despesas militares e o acúmulo de ogivas nucleares”, disse Anatoly Antonov, respondendo sobre a recém-lançada Revisão da Postura Nuclear (NPR).

Fundo eleitoral é a continuação do esquema de propinas contra a democracia e o país

Em 12 anos de governo, não somente o PT não tomou iniciativa alguma para tornar as eleições mais democráticas – isto é, para coibir, pelo menos em parte, o abuso do poder financeiro – como tornou-se o principal receptáculo e beneficiário desse abuso do poder financeiro, batendo até o PSDB nesse corrupto campeonato

CARLOS LOPES



Caminhamos, este ano, para as eleições mais antidemocráticas da História do país.

Diante das regras aprovadas por um Congresso imerso, em maioria, nos esgotos da Lava Jato (não estranhe o leitor a expressão, algo surrealista, pois estranha é a realidade), as eleições do Império, onde somente podiam votar os que ganhassem além de 100 mil-réis (e, mesmo assim, somente nas eleições paroquiais, pois o voto para os parlamentos provinciais e centrais era indireto), se não eram uma maravilha de democracia, pelo menos constituíam um sistema menos hipócrita, menos cínico, mais sincero.

Quanto ao sistema que substituiu esse, com a República Velha, suas eleições fraudadas – o famoso “bico de pena” – pelo menos não tinham como objetivo a seleção dos mais imbecis e dos mais gatunos. No entanto, a corrupção que nele predominava foi suficiente para que Rui Barbosa – o próprio autor da primeira Constituição republicana – e os tenentes de 1922, 1924 e 1930 o estigmatizassem para sempre:

“Foi um mundo, que se abriu à nossa vista, esse dos recessos incalculáveis da fraude nas eleições brasileiras. Viu-se que ela submergia Estados quase inteiros, que, em grandes seções do país, a eleição, positivamente, se reduzia a um mito odioso e vil. O que era, até há pouco, uma impressão vaga, uma denúncia indefinida, um surdo clamor de muitos clamores, assumiu, a este dilúvio de luz, as formas de uma realidade tangível e comprovada. Arrancou-se à mentira eleitoral o manto das suas sombras, convenções e hipocrisias, arrastou-se o monstro, da penumbra, onde o cevava a conspiração das oligarquias, à claridade meridiana de uma irradiação deslumbrante; e, agora, só lhe resta ou viver da sua prostituição no meio da rua, ou ser extirpada com energia pela insurreição da consciência nacional” (Rui Barbosa, “Memória sobre a eleição presidencial”, O.C., vol. XXXVII, t. 2, pp. 26-27).

Apesar disso, não consta que os presidentes da República daquela época tivessem roubado e estabelecido um esquema de propinas no Banco do Brasil – na falta de uma Petrobrás – como aquele que foi inaugurado no governo Lula, até que a Operação Lava Jato desse fim a ele.

Nem que, na falta de propina, algum presidente daquele período, ou algum dos parlamentos, tivesse desviado quase dois bilhões – da Saúde, da Educação e de outros setores que atendem ao povo – para substituir as propinas, tal como faz o “fundo eleitoral” proposto pelo PT e aprovado pelas organizações criminosas em que se transformaram certos partidos.

Esse fundo – até mais que o casuísmo da “cláusula de barreira” – é a marca da infâmia de uma oligarquia política que, a rigor, já morreu, e apodreca na frente de todos.

Por esse fundo, PMDB, PT e PSDB vão ter, à sua disposição, R\$ 632 milhões e 400 mil, o que é 37,15% do total que foi retirado da Saúde, Educação, etc., para constituir esse fundo substitutivo das propinas.

Vejamos alguns números dessa distribuição indecente de recursos do povo:

MDB: R\$ 234.300.000 (13,76%); PT: R\$ 212.300.000 (12,47%); PSDB: R\$ 185.800.000 (10,91%); PP: R\$ 134.300.000 (7,89%); PSD: R\$ 112.000.000 (6,58%); PR: R\$ 109.900.000 (6,46%); DEM: R\$ 89.100.000 (5,23%); PRB: R\$ 67.000.000 (3,94%); PTB: R\$ 59.100.000 (3,47%).

Esses partidos irão, portanto, levar R\$ 1 bilhão, 203 milhões e 800 mil do fundo eleitoral, o que é 71% dos recursos que foram retirados dos serviços ao povo (ao todo, 1 bilhão, 702 milhões, 442 mil e 100 reais)

para substituir a propina.

Com a condição de que os demais partidos estarão proibidos de buscar recursos fora do fundo – foram vedadas as doações de empresas –, com exceção dos poucos recursos que pessoas amigas possam doar (e, mesmo assim, sob severa limitação).

Mas, olhemos outra vez a lista acima.

O que esses partidos têm em comum?

O fato de se terem envolvido em trappolinagens afins – não somente nas investigações da Lava Jato.

Nessas condições, em que os recursos foram concentrados em partidos corruptos, foi instituída a notória “cláusula de barreira”, cujo objetivo é eliminar os partidos que não se envolveram no escândalo.

E aqui nem falaremos na distribuição completamente antidemocrática do tempo de televisão e rádio – tanto na propaganda eleitoral quanto na partidária – pois o quadro é exatamente o mesmo, com a monopolização do tempo, no rádio e na TV, pelo banditismo partidário.

Devemos convir que, diante disso, as eleições sob a ditadura até que eram bastante democráticas.

ORIGINAIS

Vejamos, então, a originalidade da situação política atual – algo que seria cômico, se não fosse o que significa, em sofrimento, para o nosso povo.

Certos indivíduos passaram a valorizar, até o paroxismo, a sua imaginária filiação a uma esquerda também imaginária.

São sujeitos com débil raiz nacional, de vesga relação com a grande maioria de nosso povo, vocacionados ao elitismo – alguns até acham, como o velho canalha Orwell, que sua dificuldade para se identificar com os operários é porque estes “cheiram mal” – e dados à inveja em relação ao que, no momento, é dominante no Brasil, ou seja, aos barões e almofadinhas dos antros financeiros alienígenas.

Mesmo assim, afirmam que são muito “de esquerda” – sem que isso signifique absolutamente nada, exceto seu total desapego da verdade.

São os mesmos que falam em uma “ofensiva da direita”, como se o país – e o mundo – fosse composto de amnésicos.

Pois, no governo, levaram Temer ao poder – ao nomeá-lo, **duas vezes**, vice-presidente –, aderiram ao receituário mais descaradamente neoliberal e submisso ao imperialismo, incensando bestas quadradas, como os srs. Levy e Meirelles, subitamente elevados ao status de gênios econômicos, e até mesmo fundaram (ou, pelo menos, viabilizaram) mais um partido de direita, com outra mágica elevação – a do sr. Kassab, a líder carismático.

Fora isso, privatizaram portos, aeroportos, estradas, e até o maior campo de petróleo do mundo, o de Libra, descoberto pela Petrobrás no pré-sal; fizeram **duas** “reformas da Previdência”, retirando direitos dos trabalhadores, tanto do setor público quanto do setor privado; reduziram barbaramente o seguro-desemprego, ao mesmo tempo que deflagravam, com a recessão, a pior onda de desemprego – pior até mesmo que a

GASTOS DAS COLIGAÇÕES 2014			
	Gastos totais	% gastos totais	PARTIDOS
COLIGAÇÃO DILMA	2.677.339.189	59%	PT/PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PcdoB/PRB
COLIGAÇÃO AÉCIO	1.242.388.353	27%	PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PTdoB
COLIGAÇÃO MARINA	458.821.502	10%	PSB/PPS/PPL/PHS/PRP/PSL
OUTRAS	179.923.056	4%	

Tabela com gastos das coligações revela hegemonia no abuso do poder econômico

dos tucanos – que os trabalhadores e a economia brasileira já sofreram.

Além de todas essas proezas – aliás, como base para elas – instalaram o mais gigantesco esquema de corrupção da História do país, com a pilhagem absolutamente sem limites do dinheiro público e da propriedade pública (a começar pela mais estratégica delas, a Petrobrás).

Depois disso tudo, e de um formidável estelionato eleitoral, queixam-se de “golpe”, “ofensiva de direita”, e até descobriram que a Operação Lava Jato é uma invenção do imperialismo – quando é apenas o resultado da sua própria corrupção – e o juiz Moro é um perigoso agente da CIA, porque Moro, independente de suas convicções políticas, está agindo como um juiz.

VERTIGEM

Sobre esse último aspecto, a sexta revisão a que os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) submetem as contas eleitorais de 2014, apresenta alguns elementos importantes para o julgamento público desses atores (e artistas) políticos.

Vejamos os seguintes números, referente aos gastos eleitorais da campanha para presidente, do PT:

2002: R\$ 21.061.272,57;
2006: R\$ 91.490.670,71;
2010: R\$ 153.093.181,16;
2014: R\$ 350.232.163,64.

Houve, portanto, um aumento de **+1.562,92%** nos gastos eleitorais **declarados oficialmente** da campanha para presidente do PT, entre 2002 e 2014.

Entretanto, alguém poderá objetar que os valores estão em preços correntes, sem levar em conta a inflação. Portanto, convertamos todos os valores para preços de 2014, usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA):

2002: R\$ 42.799.999,93;
2006: R\$ 142.720.917,52;
2010: R\$ 195.705.305,61;
2014: R\$ 350.232.163,64.

Com a correção, o aumento de gastos do PT, entre 2002 e 2014, na eleição presidencial, foi de **+718,30%**.

Ao mesmo tempo, a inflação (também pelo IPCA) do período, foi 103%.

Logo, os gastos eleitorais do PT, na campanha para presidente, aumentaram **615 pontos percentuais acima da inflação**, ou, dito em forma de porcentagem, **597% acima da inflação**.

HEGEMONIA

Outra objeção que se poderia fazer a esse cálculo é no sentido inverso ao anterior: esses números são aqueles declarados oficialmente. Não levam em consideração o caixa 2, o dinheiro não declarado.

É verdade. O que, aliás, torna mais nítido (e crítico) o problema que estamos abordando.

No entanto, é preciso advertir que, após as investigações que foram reunidas sob o nome de Operação Lava Jato, ficou claro que o PT, e outros partidos, lavavam dinheiro de propina através das declarações oficiais de receitas – e, portanto, os gastos eleitorais **oficiais** refletem o dinheiro ilícito recebido, ainda que não completamente.

Considerando essa questão, vejamos a parcela do PT nos gastos eleitorais totais das campanhas presidenciais:

2002: 22,37%;
2006: 36,15%;
2010: 53,84%;
2014: 53,73%.

Ou seja, os gastos eleitorais do PT, na campanha eleitoral para presidente, que eram apenas um pouco mais de 1/5 dos gastos totais em 2002, passaram a ser mais da metade em 2014 e 2010.

E isso não aconteceu porque os gastos totais, da campanha para presidente, diminuíram. Pelo contrário, eles aumentaram 592,51%, em

valores correntes, entre 2002 e 2014:

2002: R\$ 94.135.754,33;

2006: R\$ 253.114.744,73;

2010: R\$ 284.369.660,67;

2014: R\$ 651.897.698,76.

A mesma coisa – a, digamos assim, hegemonia no abuso do poder econômico – pode ser constatada se examinamos os gastos das coligações: **(ver tabela no alto)**

MAIS GASTOS

Essa loucura que acabamos de ver, é, em tudo, um efeito do assalto sobre a Petrobrás e outras propriedades públicas.

Seu efeito, obviamente, foi a eleição de governos e parlamentos cada vez mais reacionários, sem identificação com o povo e com o Brasil, cada vez com menos representantes populares.

O segundo governo Dilma-Temer, continuado pelo último, é o ápice dessa escalada de roubo e reacionarismo, com a consequente devastação do país (é necessário dizer outra vez: ninguém recebe propina para fazer um governo progressista ou para cuidar bem do país e do povo).

Segundo o TSE, todos os candidatos – daqueles que pleiteavam a Presidência da República até os que ambicionavam um mandato de deputado estadual – gastaram, na campanha eleitoral de 2014, ao todo, **4 bilhões, 558 milhões, 472 mil e 100 reais** (o que corresponde hoje a **R\$ 5,6 bilhões**; mais exatamente, corrigido o montante pelo IPCA, R\$ 5.580.473.795,42).

É dinheiro como não acaba mais para uma eleição – sobretudo em país com as condições sociais do Brasil, e sobretudo considerando que este, como já mencionamos, é somente o gasto **declarado oficialmente** pelos candidatos, fora o caixa 2.

Além desse gasto dos candidatos, o TSE aponta um gasto dos partidos de R\$ 1.961.569.499 (um **bilhão**, 961 milhões, 569 mil e 499 reais) e um gasto dos comitês de campanha de R\$ 804.619.216 (804 milhões, 619 mil e 216 reais).

São declarações de gastos separadas (candidatos, partidos e comitês), que refletem o modo como o dinheiro entrou na campanha eleitoral, isto é, a porta pela qual a receita se efetivou.

Para evitar repetições – duplas contagens –, nos concentraremos, aqui, nas despesas dos candidatos.

Como já mencionado, elas somaram **4 bilhões, 558 milhões, 472 mil e 100 reais**, ou, corrigida a inflação, **5 bilhões, 580 milhões, 473 mil e 795 reais** em preços de novembro de 2017.

Trata-se de um aumento de **449%** em relação a 2002, quando todos os candidatos, juntos, declararam **R\$ 830.479.113,24** como seus gastos (em preços de 2014, **R\$ 1.687.671.334,59** – ou seja, entre 2002 e 2014, houve um aumento **real**, ou seja, **acima da inflação**, de 170%, no total dos gastos eleitorais).

FONTES

Já analisamos essa mesma questão em outro lugar, ainda que os dados atuais sejam mais precisos, mas o sentido geral é exatamente o mesmo (cf. Carlos Lopes, “**Os Crimes do Cartel do Bilhão contra o Brasil: o esquema que assaltou a Petrobrás**”, Fundação Instituto Claudio Campos, 2016, pp. 119-120).

Agora, nosso interesse é a distribuição dos gastos eleitorais:

Os gastos eleitorais, somados, dos candidatos do PT, aumentaram de **R\$ 95.879.610**, em 2002, para **R\$ 1.048.503.533** em 2014, um aumento de **952 milhões, 623 mil e 923 reais**, puxando – evidentemente, para cima – o encarecimento da campanha eleitoral.

Tanto em termos absolutos, quanto em termos percentuais (+994%), o aumento dos gastos eleitorais do PT **ficou bem acima daqueles do PSDB** (R\$ +607.160.906 ou +423%) e do

PMDB (R\$ +598.800.671 ou +679%).

Aqui, é possível que alguém – dificilmente de boa fé – argumente que os gastos do PT aumentaram tanto porque sua receita cresceu muito, devido a estar na Presidência da República.

Mas esse é exatamente o problema: em 12 anos de governo, não somente o PT não tomou iniciativa alguma para tornar as eleições mais democráticas – isto é, para coibir, pelo menos em parte, o abuso do poder financeiro – como tornou-se o principal receptáculo e beneficiário desse abuso do poder financeiro, batendo até o PSDB nesse corrupto campeonato.

Tornou-se, portanto, campeão da luta contra a democracia – se é que isso pode ser chamado pela nobre palavra “luta”, tão cara a Rui Barbosa.

A pergunta, portanto, é como o PT conseguiu isso. Ou: por quê? Ou, talvez: à custa de quê – ou de quem?

Bem, leitores, dos **R\$ 350 milhões** declarados como receita pela campanha presidencial do PT em 2014, R\$ 336.992.827 foram doações de empresas, ou seja, 96%.

Dessas “doações” empresariais, **R\$ 174.280.637** vieram das empresas agarradas pela Operação Lava Jato.

Resumindo, 52% das doações empresariais da campanha de Dilma, em 2014, vieram da Odebrecht, JBS e semelhantes (no roubo e na passagem de propina).

RECEPÇÃO

Mas, vejamos a totalidade da campanha eleitoral.

Em vez de dizer aquilo que o leitor arguto, provavelmente, acha que vamos dizer, melhor será mostrar. Comparemos, então, a parcela que coube aos candidatos do PT, em relação aos do PSDB e do PMDB, no que concerne às empresas – as principais, pelo menos –, com diretores ou lobistas já condenados, depois de pegos na Operação Lava Jato:

1) Odebrecht (incluindo Braskem)

PT: 67%;
PSDB: 12%;
PMDB: 4%;
Outros: 18%.

2) JBS

PT: 77%;
PSDB: 4%;
PMDB: 9%;
Outros: 10%.

3) ANDRADE GUTIERREZ

PT: 98,69%;
PSDB: 0,02%;
PMDB: 1,23%;
Outros: 0,06%.

4) OAS

PT: 97,56%;
PSDB: 2,44%;
Outros: 0.

5) UTC

PT: 76,72%;
PSDB: 2,13%;
PMDB: 0,84%;
Outros: 20,31%.

6) BTG Pactual

PT: 63,91%;
PSDB: 11,62%;
PMDB: 10,09%;
Outros: 14,37%.

7) QUEIROZ GALVÃO

PT: 95,48%;
Outros: 4,52%.

8) ENGEVIX

PT: 67,89%;
PSDB: 7,02%;
PMDB: 1,22%;
Outros: 23,87%.

9) GALVÃO ENGENHARIA

PT: 67,69%;
PSDB: 0,13%;
PMDB: 2,55%;
Outros: 29,63%.

10) TOYO SETAL

PT: 56,86%;
PSDB: 11,76%;
PMDB: 9,80%;
Outros: 21,57%.

Bem, isto é, basicamente, o que queríamos dizer. Mais não falamos – ou, aliás, escrevemos – por enquanto, pois o leitor saberá tirar as suas conclusões.